



FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ – FIJ  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

PÓLO: NATAL/RN

INÍCIO DO CURSO: 23 de Janeiro de 2010

**ANA CLÉCIA DE MEDEIROS DINIZ**

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA REUNI NA EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL:  
UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO  
NORTE**

ORIENTADORA: Esp. Leyla Abrantes Marques Rebelo.

NATAL

Agosto de 2010

ANA CLÉCIA DE MEDEIROS DINIZ

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA REUNI NA EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL:  
UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO  
NORTE**

Monografia apresentada como requisito final à obtenção do título de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, das Faculdades Integradas de Jacarepaguá – FIJ.

ORIENTADORA: Esp. Leyla Abrantes Marques Rebelo.

NATAL  
Agosto de 2010

ANA CLÉCIA DE MEDEIROS DINIZ

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA REUNI NA EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL:  
UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO  
NORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso. Aprovado em:

Banca Examinadora

---

Esp. Leyla Abrantes Marques Rebelo  
Orientadora

---

Examinador

---

Examinador

## AGRADECIMENTOS

À **Deus** por ser a pedra fundamental que me guia e que me faz revelar toda sabedoria necessária para que eu possa conduzir os meus caminhos na luz celestial.

A meus pais **Manoel e Elenita** que participou vivazmente da minha educação e que sempre me proporcionou tudo que estava ao seu alcance procurando de mim um motivo de orgulho e dignidade.

A meus avós **Ana Pascoal e Francisco Grangeiro** que puderam me auxiliar sempre que podiam mesmo a distância com suas palavras de carinho, amor e ternura.

Aos meus **Familiares** que foram meus alicerces quando mais precisei para eu poder chegar até onde estou na minha carreira profissional.

À minha **Tia Ana Lúcia** que me ajudou com as suas orientações e saberes da área da educação na construção de mais um avanço na área profissional.

À meu **Namorado Rui II** que me auxiliou em mais uma etapa da carreira profissional, com amor, carinho e compreensão.

## RESUMO

Dentre as políticas públicas voltadas para a educação superior pública federal, encontra-se o fundamento legal do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que consubstancia as ações voltadas para a Educação Superior no Brasil, lançado no ano de 2007, trazendo consigo 41 programas subdivididos em todos os níveis de ensino. É neste cenário que apresenta-se a Proposta lançada pelo governo Federal do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, autorizado pelo Decreto Nº6.096 de 2007, para subsidiar as ações do PDE, aumentando os investimentos nas universidades federais brasileiras. O REUNI visa o aumento das vagas nos cursos presenciais de graduação, permitindo uma expansão democrática, para que aumente o contingente de estudantes das camadas sociais de menos renda nas universidades públicas. Assim, a presente pesquisa verifica as ações implementadas do Programa REUNI na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN nos anos de 2008 e 2009, haja vista que a citada instituição de ensino aprovou sua proposta de adesão ao programa REUNI em Outubro de 2007. A metodologia utilizada na pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, num estudo de caso que aborda os principais acervos e documentos elaborados pelo Ministério da Educação - MEC e pela UFRN. Verificou-se, portanto, que o Programa REUNI contribuiu na expansão da UFRN, pois executou-se 100% da meta orçamentária prevista, em 2008 e 2009, aumentou o número de vagas, cursos e campi; o indicador aluno por professor equivalente elevou-se, bem como fez concessões de bolsas estudantis e realizou concursos novos para docentes e técnico-administrativos, além dos maciços investimentos em infraestrutura e pessoal e custeio. Os resultados da pesquisa apontam que a continuidade do Programa REUNI na UFRN contribuirá cada vez mais para que a educação superior alcance mais as camadas sociais, diminuindo as desigualdades sociais e cumprido sua missão de gerar mais justiça social, democracia e cidadania.

Palavras - Chaves: Educação Superior, Programa REUNI e UFRN.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Estrutura do Bacharelado em Ciência e Tecnologia

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Etapas do processo de pesquisa

Quadro 2: Legislação do ensino superior – Brasil – Séc. XIX – 2004.

Quadro 3: Objetivos e Metas do PNE

Quadro 4: Ações do PDE

Quadro 5: Campus Federais do Estado do Rio Grande do Norte

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número de Universidades Federais no Brasil

Gráfico 2: Evolução do número de cursos de graduação

Gráfico 3: Evolução do número de cursos de mestrado

Gráfico 4: Evolução do número de cursos de doutorado

Gráfico 5: Evolução do número de estudantes matriculados

Gráfico 6: Ações de extensão

Gráfico 7: Projetos de Pesquisas

Gráfico 8: Evolução na quantidade de doutores

Gráfico 9: Área construída em m<sup>2</sup>

Gráfico 10: Investimentos em construções

Gráfico 11: Estatística dos Status das obras do Programa REUNI

Gráfico 12: Distribuição das bolsas por Centros Acadêmicos



## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Revisão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto 6.096/07
- Tabela 2: Indicadores da UFRN
- Tabela 3: Infra-Estrutura da UFRN em m<sup>2</sup>
- Tabela 4: Quantitativo de vagas disponibilizadas nos vestibulares 2008/2009
- Tabela 5: Indicador “Alunos por Professor Equivalente”
- Tabela 6: Vagas pactuadas e realizadas nos vestibulares 2008/2009
- Tabela 7: Vagas nos novos cursos noturnos 2008/2009
- Tabela 8: Vagas nos novos cursos diurnos 2008/2009
- Tabela 9: Expansão de vagas nos cursos noturnos existentes 2008/2009
- Tabela 10: Expansão de vagas nos cursos diurnos existentes 2008/2009
- Tabela 11: Projeção de contratação de pessoal
- Tabela 12: Relação das Obras – REUNI
- Tabela 13: Resumo dos Investimentos em Edificações e Infra-Estrutura da UFRN
- Tabela 14: Comprometimento da área em m<sup>2</sup>
- Tabela 15: Distribuição das cotas de bolsas e saldo por Programa de Pós-Graduação
- Tabela 16: Metas e Resultados do Programa REUNI nos exercícios 2008 e 2009

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CONSUNI: Conselho Universitário

Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COMPERVE: Comissão Permanente de Vestibular

CONSEPE: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

E-MEC: Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil

ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Fies Solidário: Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

IGC: Índice Geral de Cursos

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil

Proext: Programa de apoio à extensão universitária

PROGRAD: Pró-Reitoria de Graduação

ProUni: Programa Universidade para todos

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Sinaes: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UAB: Universidade Aberta do Brasil

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>18</b>
<b>OBJETIVO GERAL</b> .....	<b>20</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> .....	<b>20</b>
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>25</b>
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO .....	25
1.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	27
1.3 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE .....	30
1.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE .....	33
1.5 REUNI – LEI 6.096/2007.....	36
1.5.1 META GLOBAL REUNI E INVESTIMENTOS E CUSTEIO PREVISTOS .....	39
<b>CAPÍTULO 2: ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>41</b>
2.1 HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL DA UFRN .....	41
2.1.1 Missão .....	43
2.2 DADOS HISTÓRICOS E NÚMEROS ATUAIS DA UFRN .....	43
2.3 AÇÕES IMPLEMENTADAS DO PROGRAMA REUNI NA UFRN .....	48
2.3.1 OFERTAS DE VAGAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO .....	48
2.3.2 CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS – GRADUAÇÃO .....	50
2.3.4 CONCURSOS: DOCENTES E TÉCNICOS – ADMINISTRATIVOS .....	53
2.3.5 OBRAS NA UFRN.....	54
2.3.6 EXPANSÃO NO NÚMERO DE CAMPI .....	58
2.3.7 BOLSAS DE ASSISTÊNCIA AO ENSINO .....	58
2.3.8 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	61
2.3.9 REESTRUTURAÇÃO ACADÊMICA E INOVAÇÃO .....	62
<b>CAPÍTULO 3: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>69</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>73</b>
DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007 .....	74

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu Artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. O ensino, no entanto, deverá ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com coexistência de instituições públicas e privadas; garantindo a gratuidade e gestão democrática do ensino público (Art. 206, incisos I a VII).

Cabe a União, portanto, como diz o artigo 211 da Constituição Federal a organização do sistema de ensino federal e dos territórios, financiando as instituições públicas federais e exercendo, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Segundo Ahlert (2004), para efetivar as prescrições constitucionais sobre o que a sociedade realmente precisa, é necessário que o Estado desenvolva políticas públicas que implementem ações que distribua e redistribua riqueza, bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal. Neste sentido, Cunha e Cunha (2002, p.12) diz que “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo”.

No Brasil, contudo, as políticas públicas hegemonizaram-se com as elites, que levaram historicamente para a exclusão social, impondo em cada período da história, prioridades próprias, com interesses e conflitos de classe que resultam num jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos que são desenvolvidos pela interação de agentes de pressão que disputam o Estado, como os políticos, partidos políticos, empresários, sindicatos e as organizações sócias e civis. (AHLERT, 2004).

É neste cenário que o governo federal, presidido por Luis Inácio Lula da Silva, nos mandatos de 2003-2006 e 2007-2010, traça políticas públicas no âmbito da

educação, tendo em vista a melhoria do ensino superior do Brasil, com a aprovação do decreto n. 6.096 de 2007 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, sendo tal decreto respaldado no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (decreto n.6.094 de 2007).

Contudo, vale salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9.394 de 1996) é considerada a lei maior da educação no Brasil, pois situa-se imediatamente abaixo da constituição, definindo as linhas mestras do ordenamento geral da educação brasileira. Dado esse aspecto de lei geral, vários de seus dispositivos necessitam ser regulamentados através de legislação específica de caráter complementar. E é neste contexto, que o delineamento da política educacional busca se implementar nas várias esferas do governo.

E como uma das principais medidas de política educacional decorrente da LDB é o Plano Nacional de Educação - PNE aborda dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições que defendem uma sociedade mais justa e igualitária, traçando metas para todos os níveis de educação, abrangendo a forma de financiamento e gestão, até o acompanhamento e avaliação do plano. Estabelecendo, portanto, no âmbito da educação superior políticas que promova a sua renovação e desenvolvimento.

Segundo Saviani (2004, p. 3) a importância do PNE

[...] deriva de seu caráter global, abrangente de todos os aspectos concernentes à organização da educação nacional, e de seu caráter operacional, já que implica a definição de ações, traduzidas em metas a serem atingidas em prazos determinados dentro do limite global de tempo abrangido pelo Plano que a própria LDB definiu para um período de dez anos.

Nessas circunstâncias, o Plano Nacional de Educação - PNE torna-se, efetivamente, uma referência enaltecida, para que se possa fazer avaliações da política educacional, bem como verificar o que o governo está considerando, como de fato, prioritário, ultrapassando os discursos grandiosos da educação, que conquista um lugar comum nas plataformas e programas políticos dos partidos, grupos ou personalidades que exercem ou desejam exercer o poder político. (SAVIANI, 2004).

Já o dispositivo do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, segundo o Ministério da Educação e Cultura – MEC é um plano executivo que elenca mais de 40 (quarenta) programas organizados em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização, para viabilizar as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação

O Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao proferir seu discurso na cerimônia de assinatura dos atos normativos do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE em 24 de abril de 2007, expressou com o seguinte trecho:

O Plano de Desenvolvimento da Educação, que tenho a alegria de lançar neste momento, traz em seu arcabouço poderosos instrumentos de aperfeiçoamento de gestão, financiamento, conteúdo, método, participação federativa e participação cidadã, capazes de promover profundas mudanças na nossa educação pública. Eu o anuncio como o Plano mais abrangente já concebido neste País para melhorar a qualidade do sistema público e para promover a abertura de oportunidades iguais em educação. Eu vejo nele o início do novo século da educação no Brasil. Um século capaz de assegurar a primazia do talento sobre a origem social e a prevalência do mérito sobre a riqueza familiar. O século de uma elite da competência e do saber, e não apenas de uma elite do berço ou do sobrenome. (BRASIL, 2007, p. 2).

Corroborando com esta linha de pensamento, Pauly (2010) menciona que o PDE pretende elaborar uma educação moldada pelo princípio clássico liberal de imposição da meritocracia contra privilégios da aristocracia, estabelecendo sistema de monitoramento e aferição de resultados. Esse fortalecimento da educação implicaria numa mudança profunda na qualidade e na filosofia do ensino, sendo indispensável, contudo, debater o ensino, a relação do estado com o ensino e a relação da família com a educação.

Ainda na percepção desse autor, há o apelo pelo relacionamento entre as famílias e a educação, pois para que se possa implementar um projeto nacional de educação integral e transformadora, é necessário firmar parcerias com as famílias e comunidades, fomentado atitudes nas quais as famílias assumam o dever de educar, seja através da “participação dos pais” nos Conselhos Escolares, na orientação das “crianças em casa”, acompanhando o “resultado de seus filhos”, ajudando e cobrando das escolas “o aprendizado de suas crianças”. Apela às

famílias para que apóiem o “professor, transformando cada escola num bem sagrado da comunidade”.

Segundo Saviani (2009) o PDE teve um repercussão bastante positiva pela opinião pública, além de ter contado com uma ampla divulgação na imprensa, contudo, o aspecto que teria sido o principal responsável pela repercussão favorável se refere à questão da qualidade do ensino: “o PDE foi saudado como um plano que, finalmente, estaria disposto a enfrentar esse problema, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país”.

Visando à melhoria da qualidade do ensino, o PDE apresenta um conjunto de medidas para melhorar a educação no país, desde a educação básica, percorrendo a educação profissional até a educação superior, prevendo um investimento de R\$ 8 bilhões até 2010. No âmbito da educação superior o plano abrange medidas, como por exemplo, a Escola de Altos Estudos, a Lei de Incentivo à Pesquisa, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência, ProUni – Programa Universidade para todos, Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e E-MEC (Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil), UAB – Universidade Aberta, Fies Solidário – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, a Nova Capes – Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Proext – Programa de Apoio à Extensão Universitária, o Programa Nacional de Pós Doutorado, Tecnologias da informação: ciclo avançado e por fim o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, programa escolhido para realizar esta pesquisa.

No que se refere à educação superior, dos programas traçados pelo governo federal citados acima, abordaremos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Para fins de esclarecimento acerca do objeto de estudo deste trabalho, o REUNI tem como principal objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior. Lançado em abril de 2007, com duração prevista de cinco anos, o Reuni vai distribuir R\$ 2 bilhões entre as universidades. Em contrapartida, as instituições devem melhorar a qualidade dos cursos de graduação, a infra-estrutura física e os recursos humanos. Ao final de cinco anos, a meta é alcançar uma taxa de conclusão

média de 90% nos cursos de graduação presenciais e uma relação de 18 alunos por professor na sala de aula. (BRASIL, 2007).

A temática se insere no âmbito das Políticas Públicas da Educação Superior Federal, delimitado pela implementação do Programa REUNI nas universidades. Face ao exposto, o tema motivou a realização desta pesquisa, tendo como dados empíricos, o contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, a partir das ações implementadas por essa Universidade acerca do Programa REUNI nos anos de 2008 e 2009.

Constitui-se, como ponte de partida, uma problemática que tem como parâmetro o seguinte questionamento: como o Programa REUNI contribuiu para a expansão e reestruturação da UFRN nos anos de 2008 a 2009?

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada em 25 de junho de 1958, através de Lei Estadual, e federalizada em 18 de dezembro de 1960. Está localizada na região Nordeste, do país, no Estado do Rio Grande do Norte, nos anos de 1970, teve início a construção do Campus Central, numa área de 123 há., abrigando, atualmente um arrojado complexo arquitetônico circundando por uma anel viário que o integra à malha urbana da cidade do Natal – RN.

A estrutura administrativa da UFRN é coordenada pela reitoria, que possui 7 Pró-reitorias e mais 6 órgãos auxiliares (superintendências, secretarias e assessoria). Já a estrutura acadêmica é composta de 5 Campus, 8 Centros e 4 Escolas. No ensino da graduação a UFRN possui 64 cursos no Campus Natal, 15 cursos nos Campus do Interior, além de 7 cursos na modalidade a distância, totalizando 86 cursos na graduação, e 68 cursos na pós-graduação.

Atualmente, a comunidade acadêmica é formada por mais de 27.000 estudantes, 3.108 servidores técnicos-administrativos e 2.091 docentes.

O texto está organizado em três capítulos. Faremos, em primeiro lugar, uma introdução com a abordagem teórica dos principais temas que envolvem esta pesquisa para, em seguida, detalhar efetivamente as ações implementadas do Programa REUNI na UFRN.

No primeiro capítulo, apresentaremos os temas de políticas públicas em educação, o ensino superior no Brasil, o Plano Nacional de Educação – PNE, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e finalmente o tema do Programa REUNI na educação superior federal com mais riquezas de detalhes.



No segundo capítulo, faremos um estudo de caso na UFRN, destacando o seu histórico, missão, visão, números e finalmente as ações implementadas do Programa REUNI nos anos de 2008 e 2009.

E por fim, o terceiro capítulo retrata as considerações finais da pesquisa realizada na UFRN, sobre as ações implementadas do Programa REUNI e suas possibilidades de contribuir positivamente para que a UFRN avançasse em termos qualitativos e quantitativos, permitindo a inclusão social da população a ter maior acesso a educação superior.

A metodologia utilizada nesta pesquisa está detalhada a seguir, que apresenta a delimitação do tema, a problematização, a hipótese, os objetivos (Geral e Específicos) e a justificativa.

## JUSTIFICATIVA

A educação superior é um dos segmentos mais sofisticados do setor de investimentos em capital humano da economia nacional, no setor educativo como um todo, pois é na educação superior que se faz a reprodução ampliada da comunidade científica, disciplinares ou profissionais das sociedades nacionais e, sobretudo, na qualidade comparativa competitiva dos produtos de tais comunidades e delas mesmas, além de que a formação do pessoal docente do resto do setor educativo se leva adiante a partir da educação superior.

Nessa mesma linha de raciocínio, Buarque (2003, p.5 ) afirma:

De todas as realizações brasileiras da última metade do século XX, talvez a maior seja a fundação de sua universidade, em especial da universidade pública federal. Essa inovação foi, no mínimo, tão importante quanto à industrialização, o sistema de telecomunicações, a rede de transportes e a infra-estrutura energética. A universidade é um símbolo da nação brasileira e da força do povo brasileiro.

Contudo, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - (2010) referentes ao indicador que faz a proporção dos investimentos públicos diretos em educação desagregado por nível de ensino, percebemos que no ensino superior, desde o ano 2000 até 2008, houve um decréscimo na percentagem, pois temos aplicado no ano 2000, 18,4%, 2001, 18,4%, 2002, 19,1%, 2003, 18,1%, 2004, 17,2%, 2005, 17,5%, 2006, 15,5%, 2007, 14,7% e no ano de 2008, 14,8%. A cobertura dos investimentos públicos em educação compreende a formulação de política, manutenção e desenvolvimento do ensino, a expansão e melhorias das escolas de diversos níveis e modalidades de ensino, dos estabelecimentos de educação, dos programas de assistência ao estudante, entre outros.

Desta maneira, o Programa REUNI foi escolhido como objeto de estudo deste trabalho, porque é mais uma ferramenta de política pública em educação que o Governo Federal implementa através do Decreto 6.096/2007, para aumentar os investimentos no segmento da educação superior.

Convém esclarecer que o presente estudo apresenta, como objetivo geral, verificar as ações implementadas do Programa REUNI na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no período de 2008 a 2009, perseguindo os seguintes objetivos específicos: identificar as ações do programa REUNI na UFRN; demonstrar a evolução da UFRN a partir das ações implementadas do Programa REUNI; e quantificar os valores dos gastos públicos do Programa REUNI na UFRN.

As ponderações empreendidas terão como referenciais alguns teóricos autores e teóricos da área das políticas públicas brasileiras, os quais tratam com muita seriedade e pertinência essa temática e colaboram com ideias e os pontos de vistas discutidos ao longo de todo o trabalho;

Segundo Saviani (2004) a defesa do ensino público e gratuito e a reivindicação por mais verbas para a educação constituem um aspecto na luta pela valorização da política social em relação à política econômica. Sob as condições do capitalismo, a formulação de políticas sociais decorre do caráter anti-social da economia e, portanto, da política econômica, que se configura na crescente socialização do processo de produção, coexistindo, no entanto, com a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente.

Considerando que a missão da UFRN, como instituição pública é “educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuindo para o desenvolvimento humano e comprometendo-se com a justiça social, a democracia e a cidadania” (Plano Geral de Gestão - A UFRN e os novos desafios -2007-2011, 2007, p.27), o Programa REUNI corrobora com as intenções e objetivos que a UFRN traça para com a sociedade, tendo em vista a diminuição das desigualdades regionais, o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria da qualidade de vida do povo norte rio-grandense.

A promoção da inserção social que o Programa REUNI provoca na sociedade traz, em seu arcabouço, um dos aspectos mais relevantes na sua implementação, haja vista essa inovação, trazida pela governo federal para a educação superior da UFRN, reflete-se numa política de mudanças e transformações sociais, diminuindo as desigualdades sociais e a pobreza e buscando formas de ampliação do processo de democratização do acesso à Universidade, reiterando assim, o compromisso com a democracia e a justiça social nas suas práticas profissionais.

Com base no exposto, reitera-se a relevância desse estudo, por oportunizar uma análise acerca da implementação de políticas públicas como o Programa

REUNI, dada pela sua condição de favorecer ao crescimento da Instituição e ao desenvolvimento da sociedade. Aderir ao programa REUNI significa, antes de tudo, uma estratégia institucional para a UFRN, por contribuir não só para a consolidação do seu papel no contexto da sociedade norte-rio-grandense, mas também para o pleno cumprimento da sua missão acadêmica, técnica e administrativa, fundada nos princípios da ética, do pluralismo de idéias e da participação democrática com equidade, com inclusão social, educacional e acadêmica.

## **OBJETIVO GERAL**

Verificar as ações implementadas do Programa REUNI na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no período de 2008 a 2009.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1 - Identificar as ações do programa REUNI na UFRN;
- 2 - Demonstrar a evolução da UFRN a partir das ações implementadas do Programa REUNI;
- 3 - Quantificar os valores dos gastos públicos do Programa REUNI na UFRN.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Neste seção apresentam-se os procedimentos metodológicos para que se possa cumprir os objetivos propostos na introdução. Como o tipo de pesquisa, os sujeitos, o método da coleta e análise dos dados.

## **TIPO DE PESQUISA**

Segundo a classificação de Vergara (1997), uma pesquisa pode ser classificada em relação a dois aspectos básicos: quanto aos fins (objetivos) e quanto aos meios (procedimentos técnicos), a pesquisa realizada, quanto aos fins, apresenta caráter descritivo.

Apresenta caráter descritivo porque procura descrever as ações implementadas do programa REUNI na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, bem como identificar os valores gastos em R\$ no período de 2008 e 2009.

Quanto aos meios, tratar-se de uma investigação científica, ao mesmo tempo, bibliográfica, documental e estudo de caso.

Bibliográfica, porque procura explicar um problema, assunto ou tema a partir de referências teóricas publicadas (livros, periódicos, artigos, etc.).

Documental, pois foi realizada uma investigação nos documentos internos da instituição acerca do objeto de estudo, ou seja, relatórios de gestão, dados acadêmicos e institucionais, realizadas com o intuito de verificar as ações e autorizações do Programa REUNI na UFRN.

Estudo de caso, na medida em que a pesquisa teve como foco de pesquisa uma instituição de educação superior federal, com a finalidade de obter informações que pudessem descrever as atividades e ações implementadas do Programa REUNI. Dos diversos programas que a universidade desenvolve, apenas o Programa REUNI, foi abordado em seu processo de implementação, nos anos de 2008 e 2009. Neste trabalho, a unidade de pesquisa foi uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES, localizada na cidade de Natal - RN. A escolha da instituição a ser investigada foi definida pelo critério da acessibilidade, por se tratar do local de trabalho da pós-graduanda.

## **MÉTODO DE COLETA DE DADOS**

Os dados foram coletados por meio de pesquisa em livros, *sites*, anais de eventos, dissertações com informações pertinentes ao assunto em acervo pessoal, bibliotecas e por meio eletrônico em banco de dados, para assim constituir a fundamentação teórica da pesquisa.

A coleta dos dados deu-se também por via documental, pois foram levantados dados internos sobre a UFRN, o seu plano geral de gestão, história, estrutura, ensino, pesquisa, extensão bem como, informações que identificassem os seus indicadores institucionais e as ações que perfizessem o Programa REUNI.

Para colher os dados, foram utilizados como instrumentos de pesquisa observação direta na instituição, além de consulta aos documentos e relatórios com os responsáveis pelas ações implementadas do Programa REUNI.

De maneira geral, os instrumentos de pesquisas para coletar os dados se classificam como sendo por documentação indireta, na fase de levantar os dados na bibliografia adquirida e na pesquisa documental, como também por documentação direta no levantamento dos dados no local onde os fenômenos ocorrem por meio da pesquisa de campo.

## **MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS**

Para obter os dados foram feitas consultas no site do Programa REUNI da UFRN, bem como consultas nos documentos internos da instituição com os responsáveis das ações implementadas do Programa REUNI, em meados dos meses de Abril a Julho de 2010.

As informações coletadas foram retiradas dos documentos internos da empresa, bem como, dos sistemas de informação que disponibilizam o gasto em R\$ orçados e executados pelo Programa REUNI. Foram observados dados relativos às obras que estavam em fase de licitação, às que estavam em fase de execução, às obras já executadas, ao número de vagas abertas no vestibular, ao número de

cursos oferecidos pela instituição, seja de graduação ou de pós-graduação, ao número de servidores e docentes estabelecidos para contratação, via concurso público, através das metas traçadas pela proposta aprovada do Programa REUNI na UFRN.

Os relatórios fornecidos pela instituição foram de extrema importância, pois os mesmos continham o histórico dos dados das ações implementadas pelo Programa REUNI. Para facilitar os cálculos dos valores orçados e executados em R\$ das obras na UFRN foi utilizado o software da *Microsoft Excel 2003 Professional XP*.

## **ETAPAS DO PROCESSO DE PESQUISA**

Na primeira etapa, a problematização do tema foi elaborada, os objetivos e justificativa definidos, e para tal, foi desenvolvida um estudo bibliográfico sobre Políticas públicas, Educação superior no Brasil, Plano Nacional de Educação – PNE, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e Programa REUNI.

Na segunda etapa, os procedimentos metodológicos foram definidos, para que a problematização do tema fosse respondida e os objetivos fossem alcançados.

Na terceira e última etapa, foi realizada a pesquisa de campo, onde foi necessário fazer a coleta e análise dos dados obtidos, tendo em vista responder a questão-problema.

Para tal, foi necessário fazer consultas aos documentos interno da instituição para observar e verificar as ações implementadas do Programa REUNI, tendo em vista coletar dados sobre o histórico da UFRN, estrutura, ensino, pesquisa, extensão

A conclusão foi a etapa que a pergunta levantada na introdução foi respondida, apresentando para isso os resultados identificados na pesquisa, conforme mostra as etapas do processo de pesquisa no quadro 1.

<b>ETAPAS DO PROCESSO DE PESQUISA</b>		
<b>ETAPA 1</b>	<b>ETAPA 2</b>	<b>ETAPA 3</b>
<p>Problematização e Fundamentação</p>	<p>Desenvolvimento dos procedimentos metodológicos</p>	<p>Esquema de aplicação dos procedimentos metodológicos</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Formulação do problema;</li> <li>- Justificativa;</li> <li>-Definição do objetivo geral e específicos;</li> <li>-Desenvolvimento da fundamentação teórica dos seguintes temas: políticas públicas em educação, educação superior no Brasil, Plano de Nacional da Educação – PNE, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e Programa REUNI.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição do universo e amostra;</li> <li>- Seleção dos sujeitos;</li> <li>-Instrumentos de pesquisa;</li> <li>- Pesquisa de campo para coletar os dados;</li> <li>-Definição das etapas para execução;</li> <li>-Elaboração de cronograma das atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta dos dados;</li> <li>- Análise dos dados;</li> <li>- Conclusões.</li> </ul>

Quadro 1: Etapas do processo de pesquisa.



## **CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo serão abordados os seguintes temas: Políticas Públicas em Educação, Educação Superior no Brasil, Plano Nacional de Educação - PNE, Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE e o Programa REUNI.

### **1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO**

Segundo Saviani (2004) a política educacional é considerada um tipo de modalidade de política social, pois tal expressão se refere a uma certa maneira de conceber, organizar e operar a administração da coisa pública. Este entendimento traz consigo a divisão da administração da sociedade em grandes setores, que na sua essência, são os seguintes: o setor político, o econômico, o social e o militar.

Através destes grandes setores, é que são distribuídos os ministérios ou secretarias, constituindo os governos federal, estaduais e municipais, como por exemplo o setor social abrange os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Educação, da Cultura e das Comunicações, sendo considerados, portanto, os instrumentos de execução das políticas atinentes a cada um dos setores.

O referido autor cita, contudo, que “a necessidade de formulação de uma política social decorre do caráter anti-social da economia e, portanto, da política econômica nas sociedades capitalistas”.

Pois, sob a égide do sistema capitalista, têm-se uma forma econômica caracterizada por uma crescente socialização do processo de produção, que coexiste com a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente. Esse tipo de economia que subordina a produção social de riquezas a interesses particulares, é que caracteriza o seu caráter anti-social, fazendo surgir no próprio interesse do desenvolvimento capitalista, a necessidade de proteger as forças produtivas (a força de trabalho, o capital variável) da superexploração dos capitalistas privados.

No Brasil, a educação participa no conjunto das políticas sociais, na defesa do ensino público e gratuito, na reivindicação por mais verbas para educação, constituindo mais um aspecto da luta pela valorização da política social em relação à política econômica. Desta maneira, quando busca-se lutar pela ampliação dos

recursos destinados à área social, comparados aos destinados à área econômica, tenta-se utilizar o Estado como instrumento de neutralização do processo de apropriação privada dos bens socialmente produzidos, já que a produção não pode parar, pois isso colocaria em risco a existência dos próprios homens, tal embate caminha na direção da socialização da economia ou da superação do capitalismo. (SAVIANI, 2004).

Para um melhor esclarecimento, faz-se necessário citar, os principais dispositivos legais que instituem a política educacional no Brasil, atualmente:

1. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.
2. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que “aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências”.
3. Decreto n.6.094 de 24 de abril de 2007, que institui o PDE ao dispor sobre “ a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica”.
4. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial do magistério ao regulamentar “a alínea ‘e’ do inciso III do caput do art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os professores do magistério público da educação básica”.
5. Decreto n. 6.093, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, tendo como objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de 15 anos ou mais.
6. Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007, que “estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica”.
7. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que “ institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI”.

A seguir serão abordados com mais riquezas de detalhes os dispositivos legais do PNE, o PDE e o Programa REUNI, que constituem a base teórica para esta pesquisa, no âmbito da educação superior no Brasil.

## 1.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Stephanou e Bastos (2005) a primeira universidade do Brasil foi fundada em 1920, através do ato que consolidou a Universidade do Rio de Janeiro, sendo o ensino superior marcado pela formalização, haja vista as inúmeras legislações, conforme mostra o quadro 2:

<b>Regime Político</b>	<b>Data</b>	<b>Denominação (decreto)</b>	<b>Substância</b>
Reino Unido	1808-18/02	Carta Régia	Autorização para criação do 1º Curso Superior
	1808-23/02	Carta Régia	1º Estatuto do Curso Superior
	1813-01/04	Reforma Álvares de Carvalho	Estatutos de Cirurgia
Império	1832-03/10	Reforma Senador Vergueiro	Nova organização às Academias Médicas da Bahia e RJ
	1854-28/04	Reforma Luiz Pereira de Couto Ferraz (1.386)	Novo Estatuto aos Cursos Jurídicos
	1879-1884* 19/04	Reforma Leôncio de Carvalho	Criação de Faculdades Livres
Primeira República	1891-02/01	Reforma Benjamin Constant (1.232H)	Regulamento Instituição de Ensino Jurídico
	1901-01/01	Reforma Epitácio Pessoa (3.890)	Código para o Ensino superior-equiparação
	1911-05/04	Reforma Rivadávia Corrêa (8.659)	Transição entre a oficialização completa do ensino à sua total Independência
	1915-18/03	Reforma Carlos Maximiliano (11.530)	Restabelecimento da Fiscalização
	1925-13-01	Reforma Rocha Vaz (16.782a)	Criação de universidades
República	1931	Estatuto das Universidades	

		Brasileiras (19.850)	Criação do Conselho Nacional de Educação
		(19.851)	Organização das Universidades
		(19.852)	Organização da Universidade do Rio de Janeiro
	1961	Lei diretrizes e bases da educação nacional – LDB (4.024)	Organização do Sistema de Educação
	1968	Reforma Universitária (5.540)	
	1991	Mercosul Educativo	Modernização da Universidade Integração dos sistemas educativos dos países do Mercosul
	1996	Lei diretrizes e bases da educação – LDB (9.394)	Flexibilização do Sistema de Educação Superior

Quadro 2: Legislação do ensino superior – Brasil – Séc. XIX – 2004.

Fonte: Stephanou e Bastos (2005).

\*A Reforma Leôncio de Carvalho só foi completada em 1884, através de uma série de outras legislações.

Desta maneira, as autoras acima dizem ainda que o ensino superior brasileiro é caracterizado, como de magnitude, o maior da América Latina, devido às inúmeras legislações até hoje, bem como de ser voltado às elites, com um alto grau de privatização, dependente do governo central, diversificado em instituições públicas e privadas e em cursos de graduação, seqüenciais, tecnológicos e de pós-graduação, com um forte sistema nacional de avaliação.

Conforme o quadro 2, percebe-se primeiramente que a formação do ensino superior no Brasil inicia-se em cátedras com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em seguida temos a universidade, que passa à uma estrutura acadêmica administrativa central e por fim adentra no século XXI sob a influência da internacionalização no sistema de educação superior.

A tentativa de democratização do ensino superior vincula-se ao período Republicano (1930 – 1996), que em sua primeira fase (1930 – 1944) após a instauração do “Estado Novo” consolida-se um forte controle e centralização estatal. A segunda fase (1945 – 1964) caracteriza-se pela redemocratização da nação, pela

efervescência social e a discussão de modelos de universidades, que se consagram em 1968 na Reforma Universitária (Lei Nº 5.540/1968).

Portanto, podemos citar como as primeiras universidades brasileiras: Universidade do Rio de Janeiro (1920), Universidade Federal de Minas Gerais (1927), Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934).

Segundo Velloso e Albuquerque *et al* (2004) a universidade, ao longo do seu processo histórico, reinventou-se diversas vezes, transformando-se da unidade simples que eram os seus primórdios à uma unidade complexa, fortalecendo-se como instância de referência em que uma sociedade busca construir o novo e o melhor para o seu desenvolvimento. Trazendo consigo, portanto, temas como: lutas internas, corporativismos, dificuldades na gestão e limitações financeiras, além de ver-se desafiada a aprofundar e requalificar seu papel em relação a ensino, pesquisa, extensão, inovação tecnológica, cultura e desenvolvimento local sustentável, políticas públicas, responsabilidade social e solidariedade, inclusão social e cidadania.

A reforma da universidade é pautada na própria sociedade que exige novos comportamentos, novas perspectivas, novas mentalidades, reconstrução de paradigmas, fomentando novas possibilidades de interagir com o mundo universitário, vinculando, assim, a reconstrução do seu papel como instituição do século XXI.

Velloso e Albuquerque *et al* (2004) dizem ainda que o papel das instituições de ensino superior é um dos pontos definidos pelo Ministério da Educação – MEC para compor a agenda da reforma da universidade, compondo ainda a agenda, a autonomia universitária, o financiamento, o acesso e a permanência nos cursos, gestão e estrutura, avaliação, e programas e conteúdos.

Do ponto de vista mais amplo, o governo propõe uma nova universidade, que exprima e reflita o projeto de nação que desejamos implementar, e mais estritamente, almeja-se reordenar as relações entre o público e o privado no setor de educação superior, fortalecendo e requalificando a universidade pública para que ela permaneça como o ponto de referência do sistema, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoam os instrumentos de regulação do segmento privado, a fim de que a expansão quantitativa seja paralela à melhoria da qualidade do ensino oferecido.

Ressaltando, que o compromisso que o governo estabelece é que a reestruturação seja do ensino superior e não “da universidade”.

Incluir, portanto, é um dever da universidade brasileira, seja por um sentido de reparação histórica, seja porque acredita-se que a educação é fator de desenvolvimento e mobilidade social e elemento basilar de um verdadeiro projeto de nação. Neste sentido, evidencia-se o Programa Universidade para Todos, que faz com que as instituições de ensino superior privadas que detêm o título de filantrópicas apliquem o percentual de 20% das vagas em bolsas de estudos e 10% das vagas para as entidades com fins lucrativos, em troca de isenções fiscais; e a Política de Cotas ou de Discriminação Positiva, que permite às instituições federais de ensino superior se adequarem conforme as demandas da região e suas peculiaridades organizacionais.

Assim, a reforma tem o dever de pensar o futuro para garantir oportunidades iguais a toda população. Isto significa ampliar e requalificar o sistema público e regular o setor privado de modo que ele cumpra com qualidade seu papel complementar.

A seguir, serão abordados os principais dispositivos legais que regem a educação superior na implementação das políticas públicas.

### **1.3 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE**

A Lei 10.172 aprova o Plano Nacional de Educação - PNE em 09 de Janeiro de 2001, com duração de 10 (dez) anos, e de forma sucinta aborda um amplo processo com objetivos e prioridades para todos os níveis e modalidades de ensino.

A sistemática de trabalho do PNE incorpora os seguintes itens: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação à Distância e Tecnologias Educacionais, Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial, Educação Indígena.

O PNE em síntese tem como objetivos:

- A elevação global do nível de escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;

- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública ;
- Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Conforme o quadro 3, no âmbito da Educação Superior o PNE estabelece os seguintes objetivos e metas:

<b>OBJETIVOS E METAS DO PNE</b>
1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.**
2. (VETADO)
3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.*
4. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.**
5. Assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas.**
6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.*
7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.*
8. Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não-universitárias públicas e privadas.*
9. Estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódicos dos cursos superiores, apoiado no sistema nacional de avaliação.**
10. Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral.**
11. Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.*
12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no

que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais.
13. Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos seqüenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.**
14. A partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o recredenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos.*
15. Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados.**
16. Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%.**
17. Promover levantamentos periódicos do êxodo de pesquisadores brasileiros formados, para outros países, investigar suas causas, desenvolver ações imediatas no sentido de impedir que o êxodo continue e planejar estratégias de atração desses pesquisadores, bem como de talentos provenientes de outros países.**
18. Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa.**
19. Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.**
20. Implantar planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas de educação superior, sendo de competência da IES definir a forma de utilização dos recursos previstos para esta finalidade.**
21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.
22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.
23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Quadro 3: Objetivos e Metas do PNE

Fonte: Lei 10.172/2001.



Desta maneira, o PNE apresenta um diagnóstico dos problemas educacionais, contudo, deixa uma lacuna que diz respeito às ações a serem tomadas para a melhoria da qualidade da educação. Dando origem, portanto, a outro instrumento legal, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, plano executivo, que reúne um conjunto de programas que visam dar consequência às metas quantitativas estabelecidas no diploma legal do Plano Nacional de Educação – PNE.

Os itens do PNE de número 1, 3, 13, 18, 19 são objetivos na educação superior que são alcançados diretamente, e os demais indiretamente com a implementação do Programa REUNI, que por sua vez, está incluído no Programa Educação Superior, sendo este uma das 41 ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

#### **1.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE**

Segundo Saviani (2009) a composição global do PDE trouxe como carro-chefe o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6.904/2007) e agregou 29 ações que, no processo de execução do plano, foram ampliando-se de tal modo que, em 2009, o site do MEC disponibiliza 41 ações, configurando, na verdade, um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.

Trata-se de ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e infraestrutura, sendo distribuídas da seguinte maneira:

<b>AÇÕES E PROGRAMAS DO PDE</b>	
<b>Nível: Educação Básica</b>	
1	Transporte Escolar
2	Luz para Todos
3	Saúde nas Escolas
4	Guia das Tecnologias Educacionais
5	Educacenso
6	Mais Educação
7	Coleção Educadores

8	Inclusão Digital
9	Conteúdos Educacionais
10	Livre do Analfabetismo
11	PDE Escola
12	Piso Salarial do Magistério
13	Formação
14	FUNDEB
15	IDEB
16	Proinfância
17	Programa Nacional Biblioteca da Escola*
<b>Nível: Ensino Fundamental</b>	
1	Provinha Brasil
2	Programa Dinheiro Direto nas Escolas
3	Gosto de ler
<b>Nível: Ensino Médio</b>	
1	Biblioteca na Escola*
<b>Nível: Educação Superior</b>	
1	FIES – PROUNI
2	Pós – Doutorado
3	Professor Equivalente
4	Educação Superior
5	Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior
6	Programa de Apoio à Extensão Universitária
7	Prodocência
8	Nova Capes
9	Iniciação à Docência
10	Incentivo à Ciência
11	Formação da Saúde
<b>Modalidade: Educação Jovens e Adultos</b>	
1	Brasil Alfabetizado
2	Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos*
3	Literatura para todos
<b>Modalidade: Educação Especial</b>	
1	Sala de Recursos Multifuncionais
2	Olhar Brasil
3	Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiências Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
<b>Modalidade: Educação Tecnológica e Formação Profissional</b>	
1	Educação Profissional
2	Novos Concursos Públicos

3	Cidades - Polo
<b>Global</b>	
1	Estágio – Lei 11.788/2008
2	Livro sobre o PDE
Total de Ações: 43	

Quadro 4: Ações do PDE

Fonte: Adaptado de SAVIANI (2009)

\*O Programa do nível médio supre as 2 ações do nível da educação básica e a da modalidade de educação jovens e adultos.

Dentre os 41 programas listados do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o Programa Educação Superior possui como meta duplicar, em dez anos, o número de vagas nas universidades federais.

Dessa maneira, a segunda parte do “Livro sobre o PDE” (2007) estabelece programas de ação sobre quatro grandes áreas do sistema educacional, nas quais se desdobram cinco princípios referentes à Educação Superior:

- Expansão da oferta de vagas;
- Garantia da Qualidade;
- Promoção de Inclusão social pela educação;
- Ordenação territorial para tornar o ensino acessível inclusive nas regiões mais distantes do país;
- Desenvolvimento econômico e social, isto é, possibilitar a formação de recursos humanos qualificados para a produção científico-tecnológica e para a “integração da Nação”

Para atingir essas metas ou princípios são referidos três instrumentos: Reestruturação e expansão das universidades federais: REUNI e PNAES, Democratização do Acesso: PROUNI e FIES e a Avaliação como base da regulação: SINAES.

Sendo o primeiro instrumento, constituído do REUNI e PNAES, definidos para o alcance das cinco metas ou princípios mencionados no que se refere às instituições federais. Sendo o REUNI instituído pelo Decreto 6.096/2007 e o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, definido como desdobramento necessário da democratização do acesso propiciado pelo REUNI.

O Programa REUNI foi escolhido como objeto de pesquisa deste trabalho, sendo discutido no item a seguir.

### 1.5 REUNI – Lei 6.096/2007

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007), o Programa REUNI, instituído pela Lei 6.096 de 24 de abril de 2007, tem como fim imediato o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Em linha com a proposta da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), feita em 1997, o REUNI, mediante investimento maciço em educação superior, pretende melhorar os indicadores das instituições federais de ensino superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação. Acelerando, portanto, a democratização que desmembra numa política pública nacional de assistência estudantil, que dê sustentação a adoção de políticas afirmativas.

Desta maneira, o programa REUNI visa permitir uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, aumentando expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública, sendo o instrumento que permiti expandir e defender a universidade pública, além de propiciar para que cada instituição encontre autonomamente, seu caminho de desenvolvimento no momento em que, em plena revolução científica, as fronteiras entre as áreas do conhecimento tornam-se tênues e novas possibilidades de formação vão se delineando.

Segundo o Ministério da Educação - MEC (2010), desde o ano 2003 até 2010 o acesso a cursos superiores aumenta, somente nos últimos 6 anos, as universidades públicas federais mais que dobraram o número de vagas de ingresso. Foram criadas 13 novas universidades federais e 124 novos campi pelo interior do país.

Conforme mostra o gráfico 1, a partir de 2003 com a implantação do Programa Expansão e em 2007 do Programa REUNI, percebe-se um aumento significativo no número de universidades federais:

## Universidades Federais

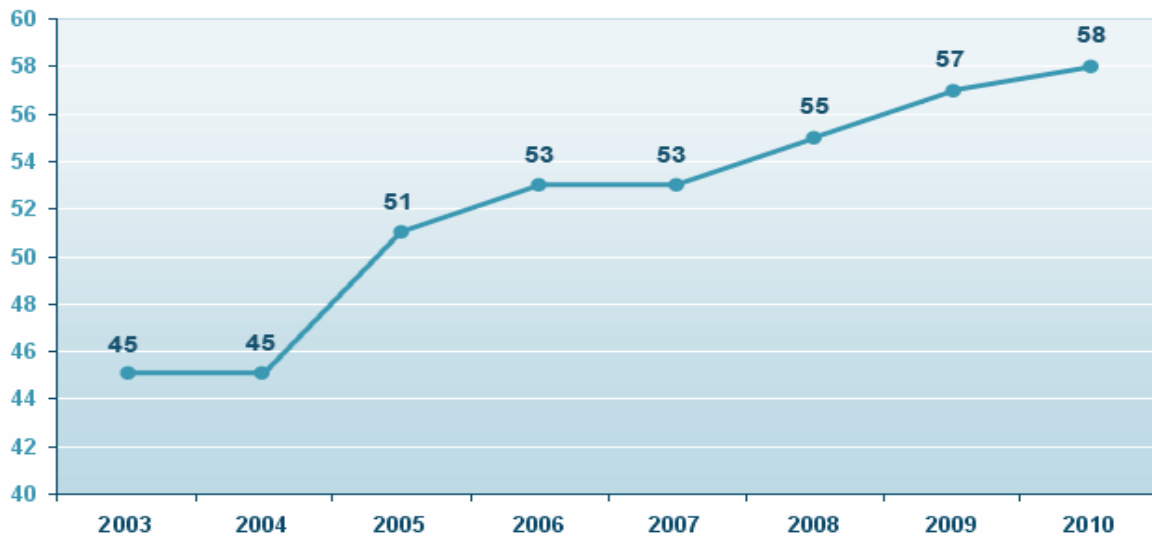


Gráfico 1: Evolução do Número de Universidades Federais no Brasil.  
Fonte: Ministério da Educação/MEC (2010).

Segundo o documento elaborado pelo MEC denominado REUNI – Diretrizes Gerais – PDE (2007), o programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Assim, o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento (90%) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito (18), ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Cabe ressaltar que a relação de 18 alunos de graduação presencial por professor foi fixada com base nas determinações contidas na LDB (Lei Nº 9.394/96), no que se refere a carga horária dos professores, estimando-se salas de aulas com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente 20 horas semanais.

É importante ressaltar que o REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, já que ele assume como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto a

diversidade das instituições. O REUNI efetivar-se-á, portanto, sem prejuízo dos programas em desenvolvimento no âmbito do Ministério da Educação e dos sistemas de ensino e, nessa condição, se propõe substancialmente a agregar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação das vagas e a elevação da qualidade da educação nacional.

Tendo em vista que a implementação do Programa segue o princípio da adesão, isto é, as instituições federais de ensino que decidirem participar do programa, deverão atentar-se para o cumprimento dos requisitos da elaboração da proposta, para que esta seja avaliada e aprovada em função da consistência entre as proposições e as exigências do decreto que institui o Programa, contemplando, portanto, as seguintes diretrizes:

- A existência de flexibilidade curricular nos cursos de graduação que permita a construção de itinerários formativos diversificados e que facilite a mobilidade estudantil;
- A oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; e
- A disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos.

As diretrizes por sua vez, são desdobradas em seis (6) Dimensões, são elas:

### **(1) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública**

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação de vagas ociosas.

### **(2) Reestruturação Acadêmico-Curricular**

1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
2. Reorganização dos cursos de graduação;
3. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

### **(3) Renovação Pedagógica da Educação Superior**

1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

### **(4) Mobilidade Intra e Inter-Institucional**

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

### **(5) Compromisso Social da Instituição**

1. Políticas de inclusão;
2. Programas de assistência estudantil; e
3. Políticas de extensão universitária.

### **(6) Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação**

1. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

#### **1.5.1 Meta Global REUNI e Investimentos e Custeio Previstos**

Segundo documento elaborado pelo MEC denominado REUNI – Diretrizes Gerais – PDE (2007), a meta global do programa é alcançar, gradualmente, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano:

- Taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais;
- Relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais.

A tabela a seguir apresenta os recursos de investimento e custeio previstos para o REUNI, considerando a hipótese de participação de todas as universidades federais. O total de investimentos projetados para o período de 2008 a 2011 é da ordem de 2 bilhões de reais. O valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal

de cada universidade aumentará gradativamente, no período de cinco anos, até atingir, ao final, o montante correspondente a 20% do previsto para 2007.

---

**Previsão de Acréscimo Orçamentário a partir do Decreto Nº 6.096/2007**

**(Valores em milhares de reais)**

	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Investimento</b>	305.843	567.671	593.231	603.232	-
<b>Custeio/Pessoal</b>	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
<b>Total</b>	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Tabela 1: Previsão de Acréscimo Orçamentário a partir do Decreto Nº 6.096/07.

Fonte: REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes Gerais – PDE (Agosto/2007)



## **CAPÍTULO 2: ESTUDO DE CASO**

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa, na qual serão abordados os aspectos sobre o histórico e perfil institucional da organização, os dados e números e as ações implementadas do Programa REUNI.

### **2.1 HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL DA UFRN**

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada pela Lei Estadual nº 2307, de 25 de junho de 1958, federalizada pela Lei nº 3849, de 18 de dezembro de 1960. Foi instalada em 21 de março de 1959 e constituída a partir de faculdades e escolas de nível superior já existentes em Natal, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia, entre outras.

A partir de 1968, com a reforma universitária, a UFRN passou por um processo de reorganização que marcou o fim das antigas faculdades e escolas e a consolidação da atual estrutura organizacional.

Na data desta pesquisa, a UFRN está presente em 5 *campi* no interior: Campus de Caicó – CERES; Campus de Currais Novos – CERES; Campus do Cérebro – Instituto de Neurociências; Campus de Macaíba – Escola Agrícola de Jundiá e Campus de Santa Cruz – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, em 62 municípios com ações de extensão universitária e em 20 pólos presenciais de apoio a educação a distância, 13 localizados no Rio Grande do Norte e 7 em outros Estados: Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A UFRN além de atuar na educação superior, atua também na básica, com o Núcleo de Educação Infantil/Colégio de Aplicação é responsável pelos ensinamentos infantil e fundamental. A Escola de Enfermagem de Natal, com curso técnico em Enfermagem; a Escola de Música, com curso técnico em Música e a Escola Agrícola de Jundiá, com os cursos técnicos em Agropecuária, em Aquicultura, em Agroindústria e em Informática são responsáveis pelo ensino médio

profissionalizante. Em 2007, a Escola Agrícola de Jundiá foi reestruturada e passou a ofertar cursos de graduação em Engenharia Florestal, Zootecnia e Agronomia e de pós-graduação em nível de mestrado em Produção Animal.

Até a data da pesquisa a UFRN conta com 76 cursos de graduação, sendo 68 na modalidade presencial e 7 cursos a distância.

Nos últimos anos, a UFRN vem adotando inovações curriculares flexíveis com currículos integrados, promovendo a interação entre os conteúdos disciplinares e os níveis de formação. Exemplo disso é o modelo de curso do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT) que permite a construção de currículos ancorados no princípio da especialização progressiva e dissociados de formação profissional específica. Este modelo possibilita ao aluno a adaptação de seu percurso formativo de acordo com os seus interesses.

A UFRN conta com 74 cursos de Pós-Graduação “*strito sensu*”, sendo 46 em nível de mestrado e 28 em nível de doutorado e 21 cursos de residência médica.

No âmbito da educação superior, o Rio Grande do Norte dispõe de 23 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 3 Federais, 2 Estaduais e 18 Privadas (IBGE, Censo 2008) *apud* PDI 2010/2019 da UFRN (2010). Dos mais de 60 mil alunos do ensino superior do Estado, a UFRN é responsável por 45% das matrículas. Nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a Universidade detém 92% das matrículas e coordena a maior base de projetos de pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte.

Em 2003, foi instituída a Pró-Reitoria de Pesquisa, por desmembramento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A promulgação da Lei de Inovação Tecnológica em 2004 e sua regulamentação em 2005 passaram a demandar ações e marcos regulatórios institucionais para dar amparo legal à atuação da UFRN nesta área. Assim, foram aprovadas resoluções normalizando a Propriedade Intelectual e a Criação, Registro e Funcionamento de Grupos de Pesquisa na UFRN em 2008. Ainda neste ano foi criada a Central de Empresas Juniores e o Núcleo de Inovação Tecnológica.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar relações transformadoras entre a universidade e a sociedade. A prática extensionista é realizada consoante às linhas de ação da Extensão Universitária na UFRN: Educação e Inclusão Social, Políticas Públicas e Cidadania, Desenvolvimento

Econômico e Social e Produção e Preservação da Cultura. No cenário educacional a UFRN tem se destacado pelas parcerias realizadas com os sistemas estadual e municipais de educação, pela valorização do patrimônio cultural e pela execução de ações na área de educação de jovens e adultos.

A UFRN conta com 3 hospitais universitários, referências no atendimento de média e alta complexidade para a população de mais de 3 milhões de habitantes no Estado do Rio Grande do Norte, os quais fornecem suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nos últimos anos, as unidades deste complexo hospitalar tem vivenciado muitas mudanças, seja para se adaptar às reestruturações curriculares dos cursos da área médica, seja para incorporar as novas tecnologias médicas. Esta realidade tem evidenciado a necessidade de dotar o complexo de recursos organizacionais e financeiros com vistas a melhor atender as demandas acadêmicas e a prestação de serviços.

### **2.1.1 Missão**

“A missão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como instituição pública, é educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a democracia e a cidadania”.

## **2.2 DADOS HISTÓRICOS E NÚMEROS ATUAIS DA UFRN**

Conforme histórico mencionado anteriormente, houve na UFRN no período de 1999 a 2009, incluindo a execução do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional, uma grande expansão, apesar da diminuição do quadro funcional de servidores técnico-administrativos e o pequeno crescimento do quadro permanente docente, este apenas no ano de 2009.

Como pode ser visto na Tabela 2, o número total de estudantes cresceu 72,6%, passando de 19.242 em 1999 para 33.216 em 2009 e o número total de cursos regulares ofertados aumentou em 37,4%, passando de 163 em 1999 para

224 em 2009. No mesmo período o quadro permanente docente cresceu apenas 9,4%. Se considerarmos o ano de 2008, o número de professores cresceu em 13,8%.

Indicadores	1999	2004	2008	2009	2009/1999 %
<b>Número de Alunos</b>					
Graduação Presencial	15.763	18.308	21.220	22.607	43,4
Graduação a Distância	-	-	-	2.397	2.708
<b>Subtotal Graduação</b>	<b>15.763</b>	<b>18.308</b>	<b>23.617</b>	<b>25.315</b>	<b>60,6</b>
Pós-Graduação (Mestrado)	781	1.621	1.879	2.581	230,5
Pós-Graduação (Doutorado)	133	587	789	812	510,5
Pós-Graduação (Especialização)	1.640	1.996	2.252	2.751	67,7
Pós-Graduação (Residência Médica)	70	96	132	130	85,7
<b>Subtotal Pós-Graduação</b>	<b>2.624</b>	<b>4.300</b>	<b>5.052</b>	<b>6.274</b>	<b>139,1</b>
Ensino Médio Profissionalizante	194	1.853	888	919	373,7
Ensino Médio	242	317	351	351	45,0
Educação Infantil	419	314	324	357	-14,8
<b>Subtotal Infantil e Médio</b>	<b>855</b>	<b>2.484</b>	<b>1.563</b>	<b>1.627</b>	<b>90,3</b>
<b>Total</b>	<b>19.242</b>	<b>25.092</b>	<b>30.232</b>	<b>33.216</b>	<b>72,6</b>
<b>Número de Cursos</b>					
Graduação Presencial	52	53	69	71	36,5
Graduação Educação à Distância	-	-	5	7	-
<b>Subtotal Graduação</b>	<b>52</b>	<b>53</b>	<b>74</b>	<b>78</b>	<b>50,0</b>
Pós-Graduação (Mestrado)	26	37	43	46	76,9
Pós-Graduação (Doutorado)	7	14	24	28	300,0
Pós-Graduação (Especialização)	65	57	40	43	-33,8
Pós-Graduação (Residência Médica)	9	13	22	21	133,3
<b>Subtotal Pós-Graduação</b>	<b>107</b>	<b>121</b>	<b>129</b>	<b>138</b>	<b>29,0</b>
Ensino Médio Profissionalizante	1	5	6	6	500,0
Ensino Médio	1	1	1	1	0,0
Educação Infantil	2	2	2	2	0,0
<b>Subtotal Infantil e</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>125,0</b>

<b>Médio</b>					
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>210</b>	<b>212</b>	<b>225</b>	<b>38,0</b>
<b>Outros dados</b>					
Quadro de docentes permanentes	1.495	1.401	1.436	1.635	9,4
Titulação de Docentes (Mestres)	543	474	358	386	-28,9
Titulação de Docentes (Doutores)	368	613	848	1.074	191,8
Quadro de Técnico-Administrativos	3.513	3.223	3.103	3.108	-11,5
Orçamento de Custeio e Investimento (Recursos do Tesouro)	19.497.890	25.867.896	36.646.836	45.194.378	131,8

Tabela 2: Indicadores da UFRN.

Fonte: Adaptado do PDI 2010/2019 da UFRN.

Os gráficos abaixo demonstram a vigorosa expansão das atividades da UFRN:

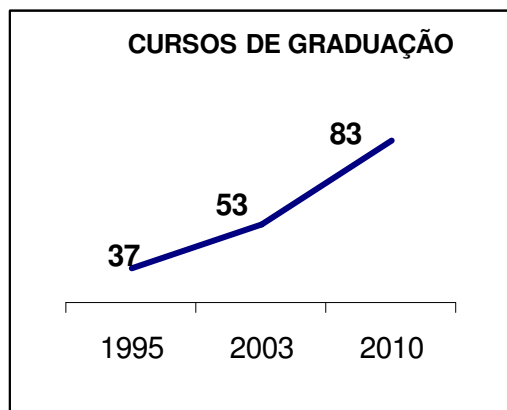


Gráfico 2: Evolução do número Cursos de Graduação.

Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)

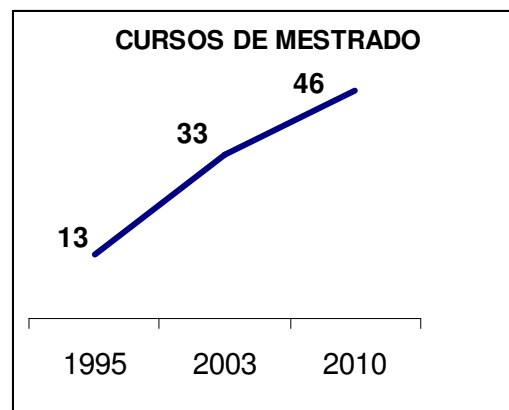


Gráfico 3: Evolução do número Cursos de Mestrado.

Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)

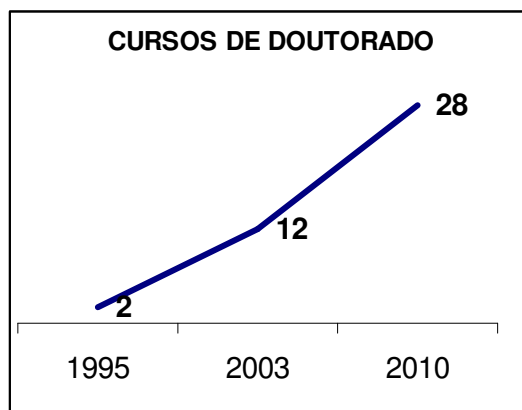


Gráfico 4: Evolução do número de Cursos de Doutorado.

Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)

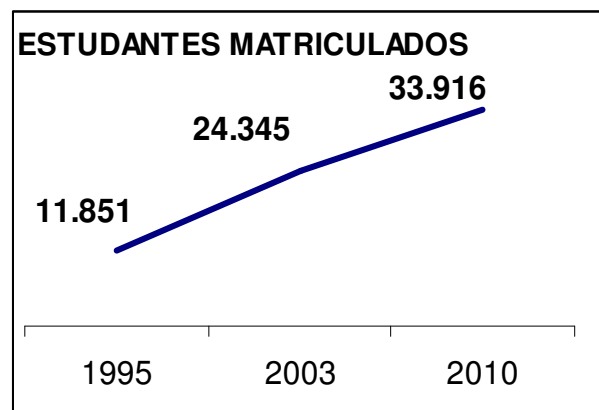


Gráfico 5: Evolução do número de Estudantes matriculados.

Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)

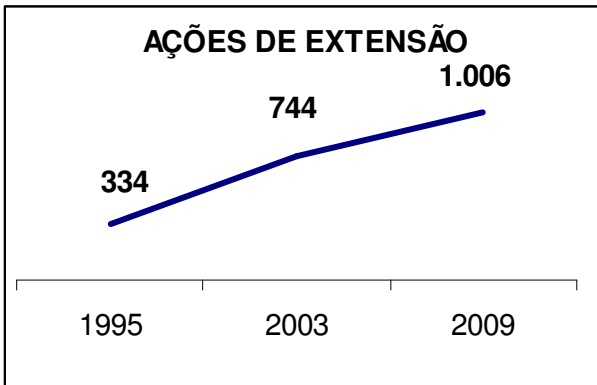


Gráfico 6: Ações de extensão.  
Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)

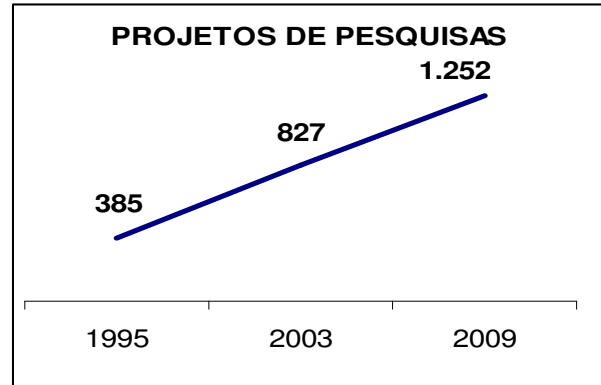


Gráfico 7: Projetos de Pesquisas.  
Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)

No que diz respeito à expansão da melhoria da qualidade, segundo o documento UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010) evidenciam-se:

- No ensino de Graduação, dos 44 cursos avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, 28 (63,6%) obtiveram conceito 4 ou 5, a nota máxima;

- No ensino de Pós – Graduação, a média da avaliação pela CAPES foi de 3,9 com 9 programas conceituados em 5 ou 6;

- Obtenção da 2ª Colocação no índice Geral de Cursos (IGC) que mede a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação entre todas as universidades da região nordeste, aferido no triênio 2006-2007-2008;

- Obtenção da 9ª Colocação entre as universidades mais qualificadas do Brasil e a 19ª Colocação entre as da América Latina, de acordo o ranking das melhores instituições de ensino superior divulgado pela *Webometrics Ranking Web of World Universities* (Julho/2010), promovido pelo Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha. Tal relatório leva em conta o desempenho global e a visibilidade das instituições na WEB, incluindo indicadores de pesquisa e qualificação de estudantes e professores

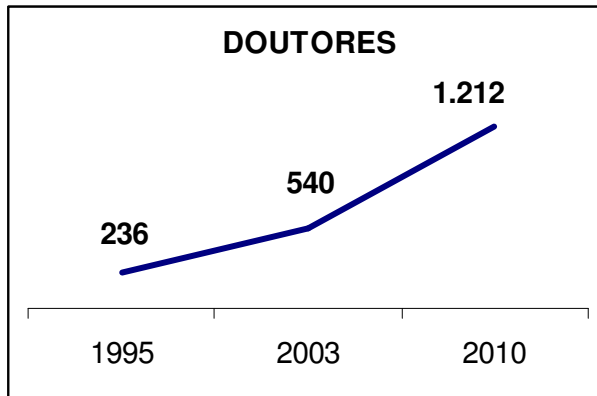


Gráfico 8: Evolução na quantidade de Doutores.  
Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)

Quanto a estrutura física atual (2009) a tabela 3 demonstra o total da área construída atual de 245.457 m<sup>2</sup>, sendo 140.281 m<sup>2</sup> em edificações acadêmicas, 46.734 m<sup>2</sup> em edificações do complexo hospitalar e 19.545 m<sup>2</sup> em edificações administrativas.

2009	Área (m <sup>2</sup> )
Instalações Acadêmicas	140.281
Instalações Administrativas	19.545
Complexo Hospitalar	46.734
Outros	38.897
<b>Total</b>	<b>245.457</b>

Tabela 3: Infra – estrutura da UFRN em m<sup>2</sup>.  
Fonte: PDI 2010/2019 da UFRN (2010).

Conforme mostram os gráficos 9 e 10 a UFRN investiu recursos da ordem de 190 milhões de reais em infra-estrutura física, no período de Maio de 1995 a Junho de 2010, sendo 120 milhões apenas no últimos 3 anos. Até Junho de 2011 estão previstos investimentos de mais de R\$ 80 milhões de reais, chegando próximo a R\$ 200 milhões em 4 anos. Hoje, a área total construída é da ordem de 250 mil m<sup>2</sup> e até Junho de 2011 alcançará 300 mil m<sup>2</sup>.

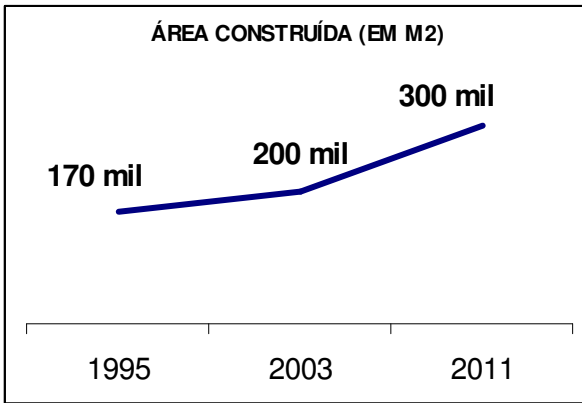


Gráfico 9: Área Construída\*.  
 Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)  
 \*Valores aproximados.

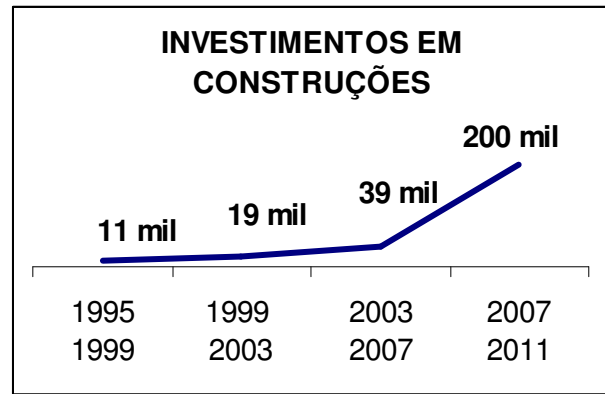


Gráfico 10: Investimentos em construções\*.  
 Fonte: UFRN – Presente e Futuro (Julho/2010)  
 \*Valores aproximados.

## 2.3 AÇÕES IMPLEMENTADAS DO PROGRAMA REUNI NA UFRN

Serão descritas abaixo as ações do Programa REUNI na UFRN desde 2008, ano em que se inicia o Programa na universidade, com projeção de finalização de cumprimento das metas no ano 2012.

### 2.3.1 Ofertas de vagas nos cursos de graduação

Segundo a proposta aprovada para execução do Programa REUNI na UFRN, o projeto de expansão das vagas de ingresso da UFRN prevê um crescimento de 53% no ensino da graduação nos próximos cinco anos e de aproximadamente 40% para a pós-graduação (mestrado e doutorado), totalizando uma projeção de 45.000 alunos matriculados até o final do ano de 2012.

O aumento estimado pelo Programa REUNI são de 2.700 vagas na graduação, sendo 1.424 vagas noturnas, segundo a tabela 4 verifica-se que a partir do ano de 2008, “Vestibular 2009” iniciou-se a efetivação do aumento do número de vagas no quantitativo de 1.643, 659 e 77, respectivamente nos anos de 2009, 2010 e 2011 totalizando um aumento 2.379 vagas disponibilizadas para estudantes de nível médio se inscreverem nos processos seletivos de vestibulares, isto é, o cumprimento da meta atinge o percentual de 88%, restando somente 12%, ou seja, 321 vagas a serem disponibilizadas até o ano de 2012 para que a meta prevista na



proposta do Programa REUNI para a UFRN seja cumprida em 100% no prazo estipulado.

<b>ANOS</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>DEMANDA</b>	<b>VARIAÇÃO (Aumento/Diminuição Das Vagas)</b>
2002	3.645	24.290	6,66	-
2003	3.705	23.965	6,46	60
2004	3.713	26.348	7,09	8
2005	3.744	25.332	6,76	31
2006	3.817	26.671	6,98	73
2007	3.926	24.805	6,31	109
2008	4.005	23.243	5,8	79
2009	5.648	25.407	4,49	1643
2010	6.307	27.054	4,28	659
2011	6.384*	-	-	77
<b>TOTAL</b>	<b>44.894</b>	<b>227.115</b>	<b>5,89</b>	<b>2.662</b>

Tabela 4: Quantitativo de vagas abertas para o vestibular.

Fonte: Comissão Permanente de Vestibular – COMPERVE/UFRN (2010).

\* Sendo, 245 vagas destinadas exclusivamente via processo seletivo ENEM/SISU para os seguintes cursos: Formação Profissional em Engenharia Agrônômica (40), Engenharia de Software (40), Tecnológico em Gestão Hospitalar (40), Zootecnia (40) e Engenharia Florestal (40) e Geofísica (45).

Dessa forma, a tabela 5 demonstra o aumento do Indicador da Relação “Alunos por Professor Equivalente” da UFRN, decorrente do aumento do número de vagas ofertadas nos processos seletivos de vestibulares:

<b>Anos</b>	<b>Indicador</b>
2007	12,92
2008	14,39
2009	13,65

Tabela 5: Indicador “Alunos por Professor Equivalente”.

Fonte: Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009.

### 2.3.2 Cursos de Graduação e Pós – Graduação

Em 2009 foram criados 22 cursos dos quais 13 são noturnos, aumentando para 1.783 o número de vagas no vestibular 2009, sendo 904 nos cursos noturnos. As tabelas de 6 a 10 mostram a relação dos novos cursos, o número de vagas pactuadas e abertas em vestibular, para os novos cursos diurnos e noturnos e, também, o número de vagas ampliadas em cursos existentes.

Modalidade	2008		2009	
	Pactuadas	Realizadas	Pactuadas	Realizadas
<b>Cursos Novos Noturnos</b>	0	0	840	845
<b>Cursos Novos Diurnos</b>	60	60	670	655
<b>Ampliação Cursos Noturnos Existentes</b>	0	0	64	59
<b>Ampliação Cursos Diurnos Existentes</b>	0	0	158	224
<b>Totais</b>	60	60	1732	1783

Tabela 6: Vagas pactuadas e realizadas nos vestibulares dos anos de 2008 e 2009.

Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009.

Cursos Novos Noturnos	2008		2009	
	Pactuadas	Realizadas	Pactuadas	Realizadas
Ciências Atuariais	0	0	40	40
Biomedicina	0	0	30	30
Dança (licenciatura)	0	0	40	40
Gestão Políticas Públicas	0	0	60	60
Publicidade e Propaganda	0	0	80	80
Língua Espanhola (Licenciatura)	0	0	40	40
Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde	0	0	40	40
Farmácia	0	0	90	90
Língua Espanhola (Licenciatura)	0	0	50	50
História (Bacharelado)	0	0	40	40
Geografia (Bacharelado)	0	0	40	40
Engenharia de Produção	0	0	40	45
Bacharelado C&T Engenharia Ambiental Engenharia Biomédica	0	0	250	250

Engenharia de Redes de Comunicação				
Engenharia de Petróleo				
Engenharia Mecatrônica				
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>840</b>	<b>845</b>

Tabela 7: Vagas nos novos cursos noturnos 2008/2009

Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009.

Cursos Novos Diurnos	2008		2009	
	Pactuadas	Realizadas	Pactuadas	Realizadas
Geofísica	30	30	45	45
Química do Petróleo	30	30	50	50
Desing	0	0	40	40
Gestão de Políticas Públicas	0	0	60	60
Fonoaudiologia	0	0	40	40
Sistemas de Informação – CERES	0	0	50	50
Engenharia Florestal – Macaíba	0	0	40	40
Fisioterapia – FACISA – Santa Cruz	0	0	30	40
Nutrição – FACISA – Santa Cruz	0	0	25	40
Bacharelado C&T Engenharia Ambiental Engenharia Biomédica Engenharia de Redes de Comunicação Engenharia de Petróleo Engenharia Mecatrônica	0	0	250	250
<b>Totais</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>630</b>	<b>655</b>

Tabela 8: Vagas nos novos cursos diurnos 2008/2009.

Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009.

Ampliação Cursos Noturnos Existentes	2008		2009	
	Pactuadas	Realizadas	Pactuadas	Realizadas
Química (Licenciatura)	0	0	5	5
Matemática (Licenciatura)	0	0	10	10
Física (Licenciatura)	0	0	10	10
Teatro (Licenciatura)	0	0	15	5
Filosofia (Licenciatura)	0	0	5	5
Filosofia (Bacharelado)	0	0	5	5
História (Licenciatura)	0	0	4	4
Música (Licenciatura)	0	0	10	5
Ciências Biológicas	0	0	0	10

(Licenciatura)				
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>64</b>	<b>59</b>

Tabela 9: Expansão de vagas nos cursos noturnos existentes 2008/2009.  
Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009.

Ampliação Cursos Diurnos Existentes	2008		2009	
	Pactuadas	Realizadas	Pactuadas	Realizadas
Biomedicina	0	0	10	10
Aqüicultura	0	0	10	10
Ciências Biológicas (Licenciatura)	0	0	10	0
Química (Licenciatura)	0	0	5	5
Geografia (Bacharelado)	0	0	10	10
Artes Visuais (Licenciatura)	0	0	15	15
História (Licenciatura)	0	0	2	2
História (Bacharelado)	0	0	4	4
Fisioterapia	0	0	10	10
Enfermagem – Natal	0	0	16	0
Nutrição – Natal	0	0	36	0
Ciências Contábeis	0	0	40	40
Engenharia Química	0	0	10	10
Zootecnia	0	0	20	20
Serviço social (M)	0	0	0	7
Serviço Social (T)	0	0	0	7
Música (Bacharelado)	0	0	0	6
Ciência da Computação	0	0	0	3
Engenharia Têxtil (TN)	0	0	0	15
Engenharia de Produção (T)	0	0	0	45
Direito – CERES	0	0	0	5
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>198</b>	<b>224</b>

Tabela 10: Expansão de vagas nos cursos diurnos existentes 2008/2009.  
Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009.

Para ocupar as vagas ociosas, a UFRN elaborou e lançou dois editais extraordinários, um em 2009.1 e outro em 2009.2, para o preenchimento das vagas remanescentes. Foram abertas as seguintes vagas: 80 vagas para PEC-G, 79 para reopção e 431 de transferência voluntária, representando um total de 590 vagas. Entretanto, somente 187 vagas foram preenchidas. Um fator que afetou para o baixo preenchimento das vagas ofertadas foi a limitação imposta pela legislação, o caso das transferências voluntárias, que definia um patamar mínimo de 25% de carga horária de disciplinas cursadas, na instituição de origem, pelos candidatos.

Para superar essa fragilidade, foi aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, a alteração da Resolução, com diminuição do mínimo exigido para 15% no edital aberto para utilização de vagas em 2010.

### 2.3.4 Concursos: Docentes e Técnicos – Administrativos

A contratação de docentes e técnicos - administrativos ocorreu de forma escalonada, segundo as etapas de implementação das ações acadêmicas de reestruturação e expansão. Além disso, os processos seletivos e as ações administrativas correspondentes contemplam na sua concepção e execução as finalidades do Programa REUNI, respeitadas as diretrizes e normas já estabelecidas no âmbito da UFRN e em nível federal, sendo destinados R\$ 64.000.000, 00 de recursos financeiros para custeio, pessoal, funções gratificadas e cargos de direção. Conforme mostra o quadro abaixo:

<b>Projeção de Contratação de Pessoal</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Professores</b>	83	91	83	87	00	344
<b>Servidores de Nível Superior</b>	92	18	00	10	00	120
<b>Servidores de Nível Intermediário</b>	84	96	60	87	00	327
<b>Total</b>	259	205	143	184	00	791

Tabela 11: Projeção de Contratação de Pessoal

Fonte: Proposta Aprovada de Reestruturação e Expansão – REUNI (2007).

Conforme a Pró – Reitoria de Recursos Humanos - PRH, do total de vagas projetadas destinadas para os docentes já foram providas 229, isto é, 66,5% da meta prevista (344), até o mês de Julho de 2010. Já o total dos provimentos dos servidores técnicos – administrativos atinge o número de 311, isto é, 69,5% da meta prevista (447) até o mês de Julho de 2010.

### 2.3.5 Obras na UFRN

Para acompanhar o crescimento da demanda de crescimento tanto quantitativo como qualitativo, a UFRN necessitou elaborar 25 projetos arquitetônicos, 16 projetos complementares, 10 projetos executivos e 1 projeto estrutural visando um melhor aproveitamento da estrutura instalada da UFRN. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2008). Conforme demonstra a tabela 12 e o gráfico 11.

<b>QUANT</b>	<b>OBRAS</b>	<b>STATUS</b>
1	Salas de aula - Curso de Música	<b>CONCLUÍDA</b>
2	Amp. Serv. de infra-estrutura básica - Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Campus Central - 1ª etapa	<b>CONCLUÍDA</b>
	Construção da central de material didático - SEDIS	<b>EM EXECUÇÃO</b>
3	Construção do prédio do Bacharelado em C&T	<b>EM EXECUÇÃO</b>
4	Construção do bloco de salas de aula para o Setor II - CCHLA	<b>EM EXECUÇÃO</b>
5	Construção do bloco de salas de aula para o Setor IV - Centro de Tecnologia	<b>EM EXECUÇÃO</b>
6	Construção do Pavilhão de Clínicas Integradas do Depto de Odontologia	<b>EM EXECUÇÃO</b>
7	Prédio do Bacharelado em Sistemas da Informação	<b>EM EXECUÇÃO</b>
8	Ampliação da Biblioteca - BCZM	<b>EM EXECUÇÃO</b>
9	Salas de aula para o CB	<b>EM EXECUÇÃO</b>
10	Residência Currais Novos	<b>EM EXECUÇÃO</b>
11	Salas de aulas Currais Novos	<b>EM EXECUÇÃO</b>
12	Laboratório de Língua Espanhola e Anfiteatro	<b>EM EXECUÇÃO</b>
13	Laboratórios e salas - Curso Química do Petróleo	<b>EM EXECUÇÃO</b>
14	Residências Campus III e IV	<b>EM EXECUÇÃO</b>
15	Laboratórios e salas - Curso Geofísica	<b>EM EXECUÇÃO</b>
16	CT - Prédio de Eng. de Materiais	<b>EM EXECUÇÃO</b>
17	Ampliação do Restaurante Universitário	<b>EM EXECUÇÃO</b>
18	Construção da Sede da Superintendência de Infraestrutura	<b>EM EXECUÇÃO</b>
19	Depto Comunicação - Curso de Publicidade e Propaganda	Projetos executivos em análise pela comissão de recebimento.

20	Depto de Artes - Cursos Design, Dança, Teatro e Artes Visuais	Obra em licitação
21	Amp. Rede elétrica - Subestação 69Kv	Linha de transmissão: obra em licitação.
		Subestação: complementação do projeto em elaboração por empresa contratada.
22	Centrais de reagentes, gás e microscopia	Aguardando definições para elaboração de novo projeto.
23	Residências Caicó	Obra em licitação
24	Ref. e amp. dos ambientes de convivência	Setor I - Projetos e orçamento concluídos.
		Setor II - Projeto arquitetônico em elaboração.
		CCHLA - Obra em licitação
25	Edificações - Eng. Florestal e Zootecnia - Escola Agrícola de Jundiáí	Obra em licitação.
26	CCS - Curso de Fonoaudiologia	Projeto arquitetônico em análise.
27	CCET - Cursos Ciências Atuariais e exp. Licenciaturas	Projeto executivo em elaboração.
28	Biblioteca - Currais Novos	Projetos executivos em análise pela comissão de recebimento.
29	Prédio do Bacharelado C&T - 2ª etapa	Elaboração de Projetos
30	Rec. e read. Laboratórios - Curso de Farmácia	Em fase de levantamento de dados.
31	Ref. Laboratórios do CB (Embriologia e Morfologia; Biologia Celular; e, Biofísica e Farmacologia)	Obra em licitação
32	Amp. Rede elétrica - Subestação 69Kv - 2ª etapa	Elaboração de Projetos
33	Ampliação do Prédio da Reitoria	Projeto executivo em elaboração

34	Salas e laboratórios - Curso de Nutrição	Projeto executivo em elaboração
35	Salas de aula e auditório - Caicó	Licitação
36	CCHLA - Cursos Gestão Pública e Língua Espanhola e extensão	Projeto executivo em elaboração.
37	Laboratórios para os novos cursos e turnos de engenharia - CT	Demais prédios - Projeto executivo em recebimento provisório, passando por ajustes solicitados pela Comissão.
38	Lab. e salas para professores do CB	Projeto executivo em elaboração
39	Auditório para grandes eventos	Contratação de projeto executivo em processo licitatório.
40	CCS - Cursos Gestão de Sist. e Serv. de Saúde e Medicina	Projeto arquitetônico em elaboração.
41	Ref. E adeq. - Curso Eng. Florestal e Zootecnia	Meta anexada ao projeto do prédio dos cursos de Engenharia Florestal e Zootecnia.
42	Amp. Centro de Conv. Djalma Marinho	Projeto arquitetônico em elaboração.
43	Laboratórios Curso de História	Licitação
44	Laboratórios Curso de Geografia	Licitação
45	Amp. do Pavilhão Acadêmico do Campus de Santa Cruz	Projeto executivo em elaboração.
46	Residência Universitária do Campus de Santa Cruz	Projeto executivo em elaboração.
47	Bloco Acadêmico -Administrativo 2 - Campus de Santa Cruz	Projeto executivo em elaboração.

Tabela 12: Relação das Obras - REUNI

Fonte: Superintendência de Infra – Estrutura /SIN (Abril/2010).



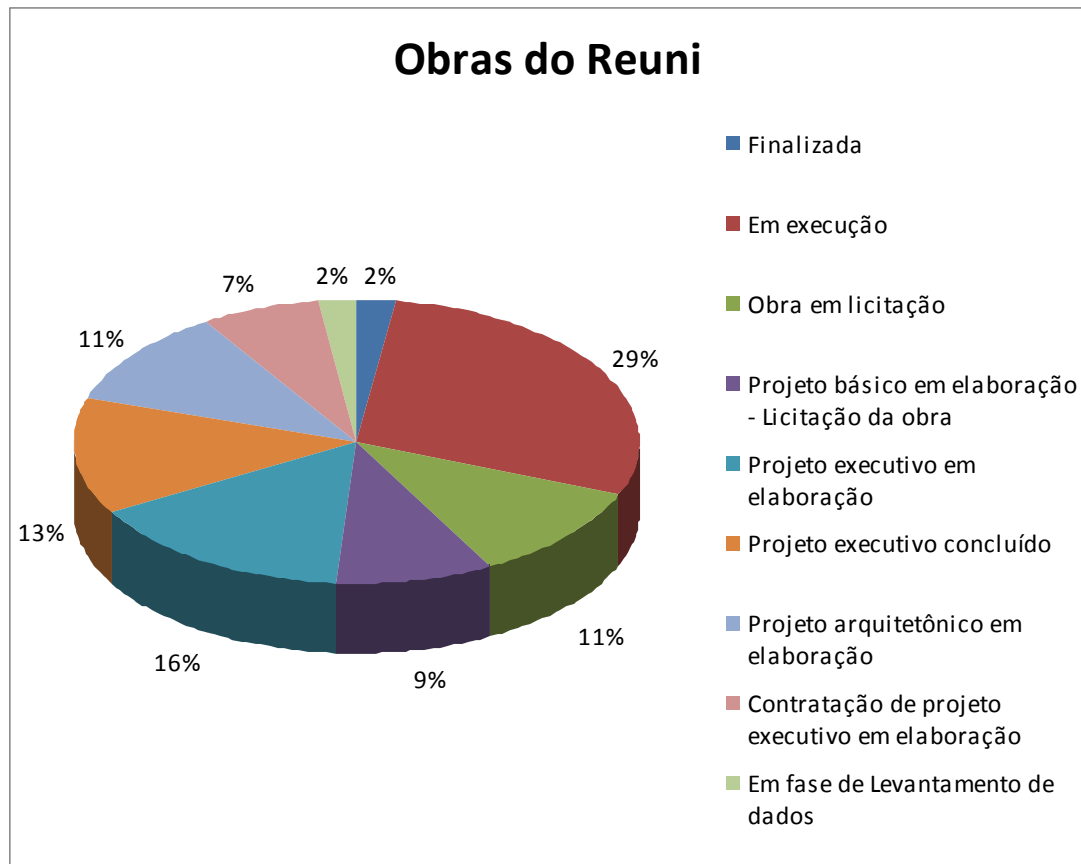


Gráfico 11: Estatísticas dos Status das Obras do Programa REUNI  
 Fonte: Superintendência de Infra – Estrutura - SIN (Abril/2010).

Nas tabelas 13 e 14 demonstram-se o Resumo dos Investimentos em Edificações e Infra – Estrutura da UFRN:

Investimento	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>Edificações</b>	30.951.000,00	19.219.000,00	2.605.000,00	0,00	52.775.000,00
<b>Infra – Estrutura</b>	5.661.000,00	1.845.000,00	0,00	0,00	7.506.000,00
<b>Equipamentos</b>	0,00	12.900.000,00	7.500.000,00	1.137.847,73	21.537.847,00
<b>Total</b>	<b>36.612.000,00</b>	<b>33.964.000,00</b>	<b>10.105.000,00</b>	<b>1.137.847,73</b>	<b>81.818.847,73</b>

Tabela 13: Resumo dos Investimentos em Edificações e Infra-Estrutura da UFRN.  
 Fonte: Proposta aprovada REUNI (Outubro/2007).

Já em comprometimento de área (m<sup>2</sup>) observa-se:

ÁREA (M <sup>2</sup> )	2008	2009	2010	2011	TOTAL
	30.583	17.059	2.300	00	49.942

Tabela 14: Comprometimento da área em m<sup>2</sup>  
 Fonte: Proposta aprovada REUNI (Outubro/2007).

### 2.3.6 Expansão no número de Campi

No Estado do Rio Grande do Norte/RN existem 2 Universidades Federais, são elas: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (objeto de estudo) e a Universidade Federal do semi – Árido – UFERSA. Ambas tiveram novos campus construídos, após a implementação do Programa REUNI, como mostra o quadro 5:

<b>Criação dos CAMPI</b>	<b>UFRN</b>	<b>UFERSA</b>
<b>Campus Existentes</b>	Campus Central	Campus Mossoró
	Campus Caicó	
	Campus Currais Novos	
<b>Campus Novos Após Programa REUNI</b>	Campus de Cérebro	Campus Angicos
	Campus Macaíba	
	Campus Santa Cruz	

Quadro 5: Campis Federais no Estado do Rio Grande do Norte  
Fonte: Ministério da Educação/MEC (2010)

Colaborando, desta maneira, para a expansão da UFRN e inclusão social, proporcionando maior acessibilidade à população, em, regiões de difícil acesso ao Ensino Superior.

### 2.3.7 Bolsas de Assistência ao Ensino

Com o objetivo de elevar a qualidade do ensino superior público, uma das dimensões do programa é o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. As bolsas de Assistência ao Ensino do Programa REUNI são reguladas pela Portaria Ministerial Nº 582, de 14 de Maio de 2008, e as suas concessões na UFRN são regulamentadas pela Resolução Nº 135/2008 CONSEPE.

Segundo o Relatório Final das Atividades do Programa Bolsa REUNI de Assistência ao Ensino da UFRN (2009), ao final do ano de 2008, o Programa de Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino considerou que a participação dos bolsistas nos componentes curriculares com maiores índices de evasão e retenção favoreceu o processo de ensino/aprendizagem; promoveu no bolsista confiança, auto-estima e espírito de cooperação; possibilitou maior sensibilidade e consciência das limitações. O desenvolvimento dessas capacidades e funções alcançou tanto os bolsistas como

os professores contribuindo para o processo de aperfeiçoamento e qualificação de graduação, no sentido de minimizar os problemas de desestímulo dos alunos de graduação, concorrendo para melhorar sua capacidade de concluir o curso dentro das expectativas da instituição.

A partir de 2009, o planejamento, a execução e o acompanhamento da formação dos bolsistas REUNI passaram a ser executados diretamente pela Coordenação de Apoio Técnico e Pedagógico da Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PPG, instituída através da Portaria nº 288/2009-R, de 10 de março de 2009, com os objetivos de propor a formação dos bolsistas REUNI e acompanhar as ações integradoras entre os níveis de ensino de graduação e pós-graduação por meio da docência assistida desenvolvidas no Programa de Assistência ao Ensino.

Até o momento, foi distribuído um total de 110 bolsas REUNI de Assistência ao Ensino, contemplando 37 Programas de Pós-Graduação, sendo 70 cotas de Mestrado e 40 de Doutorado. Dessas, 47 cotas eram relativas a renovações de bolsistas de 2008 e as demais foram substituições efetuadas pelos Programas de Pós-Graduação e novas cotas distribuídas através de edital interno (Edital nº 01/2009- PPg).

Assim, dois grupos de bolsistas estavam instituídos: o de “bolsistas de 2009” que necessitava participar do curso de formação inicial e o de “bolsistas de 2008”, que já havia participado desse curso no ano anterior. Esses dois grupos se fundiram em grupo único para a participação na etapa de formação continuada.

A seguir a tabela 15 e o gráfico 12 demonstram a distribuição das cotas de bolsas por Programas de Pós – Graduação em dezembro de 2009:

PROGRAMAS DE PÓS - GRADUAÇÃO	NÍVEL DA BOLSA		TOTAL	BOLSAS NÃO UTILIZADAS
	MESTRADO	DOCTORADO		
Educação	-	03	03	
Psicobiologia	01	-	01	
Ciências Sociais	02	04	06	
Engenharia Elétrica	05	05	10	
Engenharia Mecânica	03	04	07	
Física	-	01	01	01D
Engenharia Química	01	01	02	01M
Química	-	07	07	
Estudos da Linguagem	02	04	06	01D
Ecologia	03	02	05	
Engenharia de Produção	03	-	03	
Ciência e Engenharia de	03	05	08	02M

Materiais				
Geografia	03		03	
Enfermagem	02		02	
Filosofia	02		02	
Ensino de Ciências Naturais e Matemática	04		04	
Odontologia	01		01	
Ciências Biológicas	04		04	
Desenvolvimento e Meio Ambiente	04		04	
Antropologia Social	04		04	
História	01		01	
Ciências Farmacêuticas	02		02	
Ciência e Engenharia de Petróleo	01	01	02	
Matemática Aplicada e Estatística	05		05	
Fisioterapia	02		02	01M
Artes Cênicas	03		03	
Turismo	03		03	
Produção Animal	02		02	
Engenharia Civil	02		02	01M
Estudos da Mídia	02		02	
Filosofia Integrado	-	03	03	01D
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>40</b>	<b>110</b>	<b>08</b>

Tabela 15: Distribuição das cotas de bolsas e saldo por Programa de Pós – Graduação.

Fonte: Relatório Final das Atividades do Programa Bolsa REUNI de Assistência ao Ensino da UFRN (Dezembro/2009).

O gráfico 12 apresenta a distribuição de cotas de bolsas entre os Centros e as Unidades Acadêmicas:

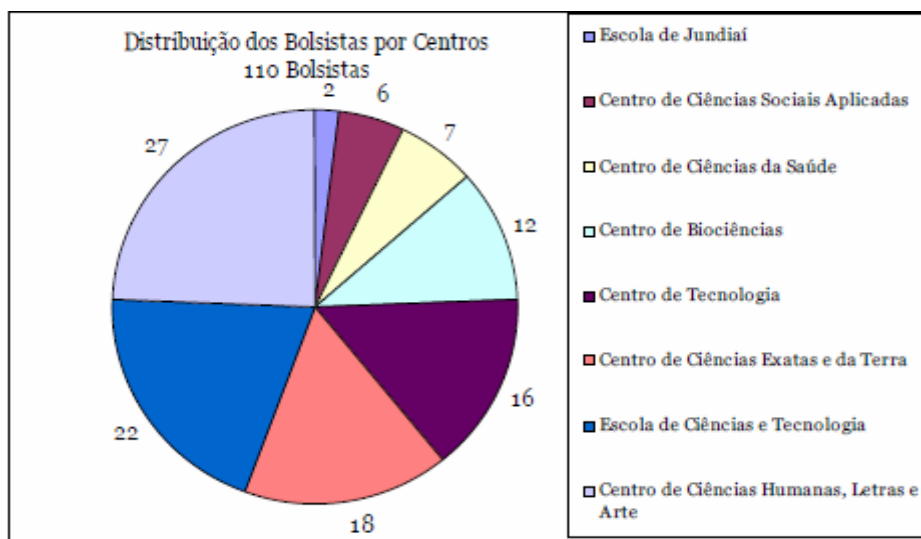


Gráfico 12: Distribuição das bolsas por Centros Acadêmicos

Fonte: Relatório Final das Atividades do Programa Bolsa REUNI de Assistência ao Ensino da UFRN (Dezembro/2009)

Tal distribuição reflete os índices de maior trancamento e/ou reprovação dos componentes curriculares, de acordo com dados da Pró- Reitoria de Graduação - PROGRAD, resultando na alocação de maior quantidade de bolsistas nos Centros que apresentam historicamente as menores taxas de conclusão: Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET (39,76%) e o Centro de Tecnologia - CT (51,09%). Reflete também o apoio institucional às novas modalidades de Graduação em implantação na UFRN, como é o caso do Bacharelado em Ciências e Tecnologia, da ECT.

### 2.3.8 Execução Orçamentária

Segundo os Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009 a execução orçamentária do Programa REUNI no período analisado cumpriu a previsão física e financeira da meta estipulada, conforme mostra a tabela 16:

<b>Anos</b>	<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/Previsão</b>
2008	Financeira	1.674.950,00	1.674.399,56*	99,96%
	Física	4.263 vagas disponibilizadas	4.263 vagas preenchidas	100%
2009	Financeira	27.700.800,00	27.700.762,00	99,99%
		14.167.248,16	14.167.248,16**	100%
	TOTAL	41.868.048,16	41.868.010,16	99,99%
	Física	1.642 vagas disponibilizadas	1.783 vagas disponibilizadas	102%

Tabela 16: Metas e Resultado do Programa REUNI nos exercícios 2008 e 2009.

Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão dos anos de 2008 e 2009.

\*Despesas correntes = 1.674399,56 (Diárias = 8.449,81; Passagens = 50.000,00)

\*\*Equipamentos, bolsas de estudos para iniciação científica, extensão, inovação tecnológica, residência, alimentação e monitoria, além de outros auxílios financeiros.

Considerados esses números fica claro que em 2008 e 2009 devem ser concentrados os recursos orçamentários para investimento em edificações, infraestrutura e aquisição de equipamentos.

Na área de custeio e com base no mesmo fundamento, em 2008 se fez necessário concentrar investimentos para contratação de recursos humanos, docentes e técnicos administrativos, sendo realizados concursos públicos no primeiro semestre de 2008 para que ao longo do segundo semestre possam se realizar os treinamentos indispensáveis à inserção dos novos contratados na concepção do projeto. Isto significa que, em média, a demanda de recursos de

custeio para RH (83 docentes, 84 servidores de nível médio e 92 servidores de nível superior) corresponde a apenas 06 (seis) meses.

Em 2009, acontece o primeiro grande impacto institucional com o projeto REUNI através da incorporação de 1.732 matrículas projetadas, momento em que consolidam-se os investimentos de 2008. A partir de 2010 e a até 2011, decresce a demanda em edificações e infra-estrutura mantendo-se o investimento na aquisição de equipamentos para laboratórios de disciplinas profissionalizantes. É a partir de 2010 que se intensificarão as demandas em recursos de custeio para atender despesas de energia, água e telefone das novas edificações e as reformas realizadas, além do aumento nas despesas com pessoal em razão da previsão de incorporação acumulada de 254 docentes e 350 técnicos administrativos em 2010. O pico ocorrerá em 2011 quando estarão incorporados à UFRN 344 docentes e 447 técnicos administrativos.

### **2.3.9 Reestruturação Acadêmica e Inovação**

Segundo os Relatório de Gestão dos anos de 2008 e 2009, em 2008 a UFRN exerceu ações que contribuirão para a revisão da estrutura acadêmica a partir da elaboração de novos Projetos Pedagógicos dos cursos de:

1. Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – Bacharelado
2. Dança – licenciatura
3. Design – Bacharelado
4. Gestão de Políticas Públicas
5. Letras- Língua Espanhola/Natal - Licenciatura
6. Bacharelado em Ciência e Tecnologia
7. Ciências Atuariais
8. Engenharia Florestal
9. Fonoaudiologia
10. Gestão em Serviços de Saúde
11. Farmácia
12. Enfermagem/ Natal
13. Nutrição/Natal
14. Engenharia de Produção

15. Zootecnia
16. Biomedicina
17. Engenharia Química
18. Fisioterapia/Santa Cruz
19. Enfermagem/Santa Cruz
20. Nutrição/Santa Cruz
21. Sistemas de Informação/CERES - Bacharelado
22. Geografia/CERES - Bacharelado
23. História/ CERES - Bacharelado
24. Letras- Língua Espanhola/CERES – Licenciatura

No processo de revisão e adequação da estrutura acadêmica a UFRN implementou, ainda de forma pontual, dois projetos inovadores em relação a adequação da estrutura acadêmica: a Escola de Ciência e Tecnologia (EC&T), onde funciona o Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BC&T); e a Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA).

O Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BC&T) rompe com a profissionalização precoce, como mostra a figura 1, ofertando 500 vagas (250 no período noturno) no vestibular 2009, sendo todas preenchidas. Ao concluir o curso, o Bacharel em C&T estará apto a atuar no mercado em área na qual se exija o nível de graduação, especialmente em funções que solicitem conhecimentos em C&T. Nos casos em que haja opção pela continuidade de estudos, poderá ingressar em um dos cursos de engenharia vinculados ao Bacharelado em Ciências e Tecnologia (Engenharia Ambiental, Engenharia Biomédica, Engenharia de Redes e Comunicação, Engenharia do Petróleo, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Materiais e Engenharia Mecânica) ou em cursos de Ciências Exatas (Estatística, Física, Matemática e Ciências Atuariais). Os graduados em BC&T também poderão ter a opção de ingressar por reingresso em outros cursos que ofereçam vagas.

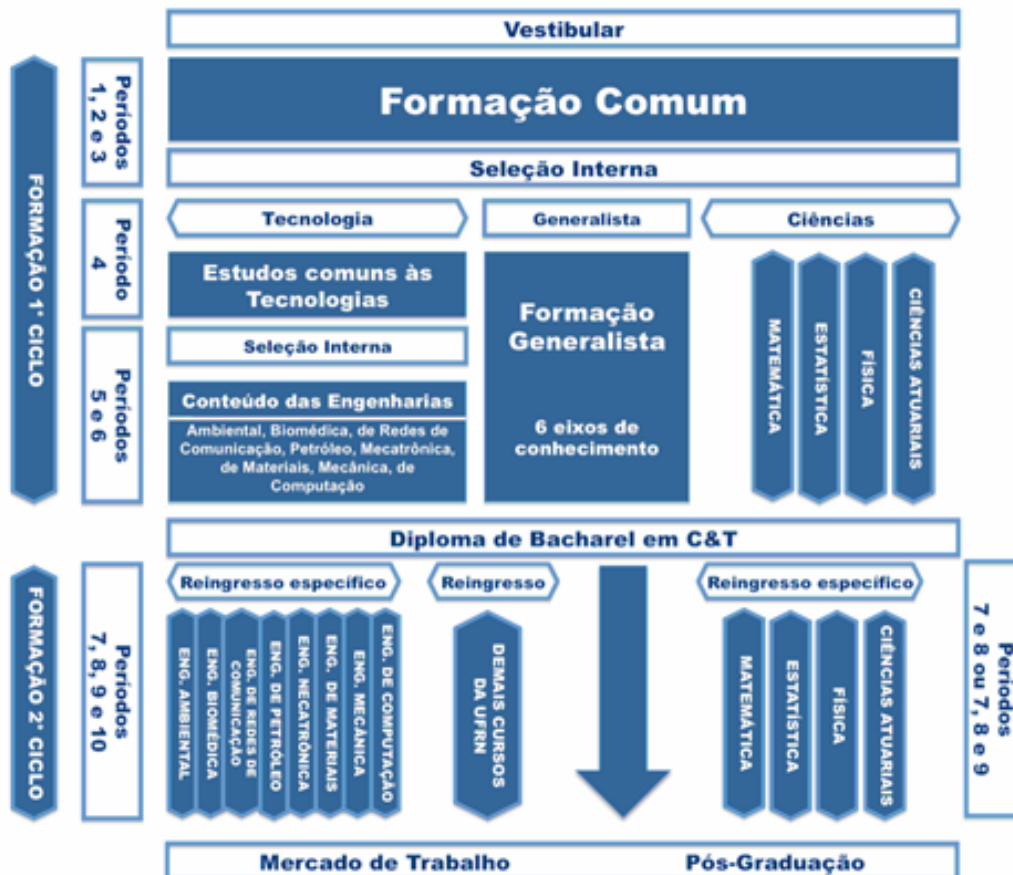


Figura 1: Estrutura Curricular da Escola de Ciência e Tecnologia  
 Fonte: Estrutura Curricular da Escola de Ciência e Tecnologia –UFRN/2010

Visando a diminuição da evasão nos cursos de graduação, foi feito estudo para identificação das disciplinas com maiores índices de reprovações e trancamentos.

A partir dessa identificação, foi viabilizada a oferta de cursos de férias para o período (2008.4) nas seguintes áreas:

- Matemática para Engenharia I;
- Mecânica Clássica;
- Algoritmo de Programação de Computadores;
- Eletricidade & Magnetismo.

A UFRN pretende continuar com a política de oferta de cursos de férias visando minimizar o defasamento de alunos.

Foi verificado que as retenções na UFRN ocorrem em maior proporção nas disciplinas das áreas de ciência e tecnologia e predominantemente naquelas oferecidas nos primeiros semestres dos cursos. Em função desse aspecto, as ações



que a UFRN está implementando só devem surtir resultados mais concretos nas Taxas de Evasão e de Sucesso dos anos subseqüentes

Com relação à FACISA, a sua criação se deu através da Resolução no 011/2008-CONSUNI de 01 de dezembro de 2008, no município de Santa Cruz/RN, onde já existe o Hospital Maternidade Ana Bezerra – HUAB, como estratégia de descentralização e interiorização da formação de profissionais na área de saúde. Trata-se de uma Unidade Acadêmica Especializada que, mediante a oferta dos cursos de Graduação em Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição, busca consolidar a inserção da UFRN na região do Trairi, oferecendo ensino de excelência para a formação de profissionais aptos a atuar nas diferentes áreas de formação.

### **CAPÍTULO 3: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação está inscrita como direito na Constituição da República e na pauta internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, devendo, portanto, suas políticas serem formuladas como de Estado, e não apenas de Governo, para que se possa estabelecer conexões entre os diferentes níveis de ensino e entre os diversos entes institucionais, bem como para incluir diversos segmentos sociais que se acumulam, como é o caso do ensino superior, onde cresce o número de concluintes do ensino médio advindo de povos indígenas, negros e afro-descendentes, o pleito de deficientes a respeito das condições de acessibilidade física e pedagógica nas instituições de ensino para que então a cidadania seja exercida plenamente.

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação.

Desta maneira, segundo o documento REUNI - Relatório de primeiro ano (2008), fica evidenciado que o Programa REUNI encontra-se em pleno processo de execução e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Superior, tem o desafio de garantir a eficiência na alocação dos recursos humanos, orçamentários e infraestruturais, induzindo a reestruturação física e acadêmica das instituições, possibilitando a ampliação do acesso e assegurando a qualidade da educação superior pública.

O REUNI, em conjunto com as demais ações do Ministério da Educação possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a redução das desigualdades sociais, ampliando a oferta do ensino superior e atuando em todos os segmentos da educação de forma integrada.

No âmbito da UFRN, evidencia-se o aumento de 2.379 vagas nos processos seletivos de vestibulares nos anos de 2009, 2010 e 2011, representando um percentual de 88% de cumprimento da meta prevista para o aumento da oferta de vagas nos cursos de graduação, privilegiando a maioria das vagas no turno noturno.

Com relação à criação de novos cursos, evidenciou-se um aumento de 22 cursos, dos quais 13 são noturnos, reafirmando o argumento da inclusão social, no que diz respeito à disponibilidade de mais vagas nos vestibulares, além da abertura de mais 3 campi (Cérebro, Macaíba e Santa Cruz).

Quanto à execução das metas físicas e financeiras, demonstrou-se um cumprimento de 100% em ambas, evidenciando o empenho da instituição de ensino na implementação do Programa dentro do prazo estipulado e utilizando os recursos disponíveis. Sendo o gasto empenhado em 2008 de R\$ 1.674.399,56 e em 2009 R\$41.868.010,16.

Reestruturação acadêmica em 24 cursos, com ênfase na Escola de Ciência e Tecnologia – BC&T, que oferece cursos de bacharelado em ciência e tecnologia, de natureza interdisciplinar, representa uma alternativa avançada de estudos superiores que permitirão reunir, em uma única modalidade de curso de graduação, um conjunto de características que vindo sendo requeridas pelo mundo do trabalho e pela sociedade contemporânea.

O quantitativo de bolsas de assistência estudantil fornecidas em diversos programas de pós-graduação totaliza 110, sendo 70 de mestrado e 40 de doutorado.

Por fim, quanto à infraestrutura foi evidenciado a execução de 47 obras relacionados aos mais diversos projetos de reestruturação e expansão da rede federal de ensino, pelos diversos campus da UFRN, em diversos estágios de execução, cumprindo o cronograma do projeto, totalizando um montante estimado até a conclusão final em 2012 de R\$81.000.000,00.

Percebe-se, portanto, que as ações implementadas do Programa REUNI contribuíram para que a UFRN atingisse patamares de evolução em vários aspectos de crescimento, seja no aumento no número de campi e vagas para os estudantes, concessão de bolsas estudantis, fomentando o argumento da inclusão social, investindo pessoal, infraestrutura e em assistência estudantil.

O Balanço Final do Programa REUNI até a presente data de implementação do comprova que a rede federal de educação superior levantou esforços necessários para atingir seu principal objetivo institucional que é o de garantir a ampliação do número de vagas no ensino superior público, garantindo condições para que o crescimento se desse em quantidade e qualidade, ampliando as instalações físicas, bem como expandindo-se para as regiões (Macaíba, Santa Cruz) que antes não contavam com estruturas universitárias, e realizando concursos públicos , tanto para

docentes (229 provimentos) como para técnicos administrativos (311 provimentos), fator determinante para a oferta de um ensino de qualidade e para a manutenção das atividades de uma instituição de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Alvorí. **Políticas Públicas e educação na construção de uma cidadania participativa no contexto do debate sobre ciência e tecnologia.** Centro de ciências humanas, educação e letras, UNIOESTE – Toledo – Paraná. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revistas/guairaca/20/47-70%20Pol%EDticas%20p%FAblicas.pdf>>. Acessado em: 07/02/2010.

BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva na cerimônia de assinatura dos atos normativos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** Palácio do Planalto, 24 de abril de 2007. Disponível em <[http://www.info.planalto.gov.br/exec/inf\\_detalhehora.cfm?cod=25129](http://www.info.planalto.gov.br/exec/inf_detalhehora.cfm?cod=25129)>. Acessado em: 05/05/10.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

BUARQUE, Cristovam. **A Universidade numa encruzilhada.** Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000035.pdf>>. Acessado em: 17/02/2010.

CARVALHO, A.; SALES, F. (Orgs.) **Políticas públicas.** Belo Horizonte: Censo da educação superior. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio\\_tecnico.htm](http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm)>. Acessado em 01/06/2010.

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M.. Políticas públicas e sociais. In: DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ALTO TIETÊ. **Políticas públicas em educação: efetivando e concretizado direitos?** Mogi das Cruzes-SP, 2007.

Disponível em: <<http://www.forummundialeduacao.org/article4.html>>. Acessado em: 07/02/2010.

GURGEL, Celia Margutti do Amaral. **Políticas públicas e educação para ciência no Brasil(1983-1997): Afinal o que é um ensino de qualidade?** Universidade Metodista de Piracicaba–UNIMEP. Disponível em: <<http://www.rioei.org/deloslectores/105Gurgel.PDF>>. Acessado em: 07/02/2010. Editora UFMG, 2002.

Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Gastos de educação e indicadores financeiros.** Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseduacao/indicadores\\_financeiros/P.I.P.\\_nivel\\_ensino.htm](http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseduacao/indicadores_financeiros/P.I.P._nivel_ensino.htm)>. Acessado em: 20/03/2010.

MEC. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes Gerais – PDE.** Agosto/2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acessado em: 05/05/10.

\_\_\_\_\_. **REUNI 2008 - Relatório de primeiro ano.** Outubro de 2009. Disponível em : <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12261&Itemid=1085](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085)>. Acessado em: 25/06/2010.

PAULY, Evaldo Luis. **Liberdade e laicismo na atual educação brasileira.** Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/posicionamentos6-3.html>>. Acessado em 20/02/2010.

\_\_\_\_\_. **Livro sobre o PDE: razões, princípios e programas.** Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acessado em : 05/05/10.

\_\_\_\_\_. **PDE: Ações do PDE.** Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <<http://pde3anos.mec.gov.br/>>. Acessado em 17/04/2010.

\_\_\_\_\_. **REUNI: reestruturação e expansão das universidades federais.** Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acessado em 17/04/2010.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional.** 5.ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados (Coleção educação contemporânea), 2004.

\_\_\_\_\_. **PDE – Plano de desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC.** Campinas: Autores Associados (Coleção polêmicas do nosso tempo), 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação e Pobreza no Brasil.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2006. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/biblioteca/A\\_expansao\\_do\\_ensino\\_superior\\_a\\_sociedade\\_do\\_conhecimento\\_e\\_a\\_educacao\\_tecnologica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/A_expansao_do_ensino_superior_a_sociedade_do_conhecimento_e_a_educacao_tecnologica.pdf)>. Acessado em: 20/02/2010

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação e Pobreza no Brasil.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2006. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/rubrique.php?id\\_rubrique=65](http://www.iets.org.br/rubrique.php?id_rubrique=65)>. Acessado em: 20/02/2010.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. **Coalizões em Educação no Brasil: A pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública.** Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A Educação Superior no Brasil.** Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. Disponível em : <<http://www.dominipublico.gov.br>>. Acessado em: 19/02/2010.

UFRN. **Estrutura Curricular do Bacharelado em Ciência e Tecnologia.** Disponível em: <[http://www.vestibular2010.ufrn.br/ce\\_cie\\_tec\\_b.php](http://www.vestibular2010.ufrn.br/ce_cie_tec_b.php)>. Acessado em: 10/05/10.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010/2019.** Disponível em: <<http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/pdi2010a2019/documento>>. Acessado em 15/06/10.

\_\_\_\_\_. **Proposta Aprovada de Reestruturação e Expansão (REUNI).** Outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.reuni.ufrn.br/files/PropostaDeReestruturacaoEExpansaoDaUFRN.pdf>>. Acessado em: 01/04/2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final das Atividades do Programa Bolsa REUNI de Assistência ao Ensino da UFRN 2009.** Disponível em: <<http://www.reuni.ufrn.br/files/documentos/relatorioFinal20090.pdf>>. Acessado em: 10/06/2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2009.** Disponível em:

<<http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/documento/4056332>>. Acessado em 10/05/10.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2008**. Disponível em:

<<http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/documento/4056332>>. Acessado em 10/05/10.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRN no Programa REUNI**. Disponível em: <<http://www.reuni.ufrn.br/files/SinopseReuni.pdf>>. Acessado em: 05/06/10.

\_\_\_\_\_. **Sobre o REUNI**. Disponível em: <<http://www.reuni.ufrn.br/files/SobreOReuni.pdf>>. Acessado em : 02/02/2010.

\_\_\_\_\_. **Comissão Permanente de Vestibular – COMPERVE**. 2010. Disponível em: <[http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/psanteriores/ps2011/documentos/Vestibular2011\\_Edital.pdf](http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/psanteriores/ps2011/documentos/Vestibular2011_Edital.pdf)>. Acessado em: 10/07/10.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Organizadores: Tarso genro *et al.* **Novo Modelo de educação para o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

VERGARA. Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

**Webometrics Ranking Web of World Universities**. Julho de 2010. Disponível em: <[http://www.webometrics.info/top100\\_continent.asp?cont=latin\\_america](http://www.webometrics.info/top100_continent.asp?cont=latin_america)>. Acessado em 05/08/10.



# **ANEXOS**

**ANEXO A****Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.**

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ	INÁCIO	LULA	DA	SILVA
<i>Fernando</i>				<i>Haddad</i>
<i>Paulo Bernardo Silva</i>				

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007